



FLÁVIO PAULO MEIRELLES MACHADO

**DOCTRINA BUSH: A IMPORTÂNCIA DOS
ASPECTOS RELIGIOSOS NA FORMULAÇÃO
DA POLÍTICA EXTERNA AMERICANA.**

Monografia apresentada como
requisito parcial para a conclusão
do curso de bacharelado em
Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília - UniCEUB.

Brasília - DF,
25 de novembro de 2004.



FLÁVIO PAULO MEIRELLES MACHADO

**DOUTRINA BUSH: A IMPORTÂNCIA DOS
ASPECTOS RELIGIOSOS NA FORMULAÇÃO
DA POLÍTICA EXTERNA AMERICANA**

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Raquel Boing Marinucci
(Orientadora)

Prof. Cláudio Tadeu Cardoso
(Membro)

Prof. Renata de Melo Rosa
(Membro)

Prof. Marco Antônio de Meneses Silva
(Suplente)

BRASÍLIA DF,
25 de novembro de 2004.

*Ele dá fim às guerras até os confins da terra;
quebra o arco e despedaça a lança; destrói os
escudos com fogo. “Parem de lutar! Saibam
que eu sou Deus ! Serei exaltado entre as
nações, serei exaltado na terra.”*
Salmos 46:9-10

Dedico esta monografia a Jesus Cristo, Rei dos Reis e Senhor dos Senhores. Pelo amor e compreensão desde o ventre.

Agradeço:

A minha família que me ajudou e incentivou a finalizar este trabalho e a concluir este curso.

A Professora Raquel Boing, que me orientou, aconselhou com grandiosa paciência, me emprestou livros, sempre me encorajando a finalizar esta monografia.

Aos meus amigos que têm sempre me ajudado.

A todos aqueles que contribuíram para minha formação acadêmica e para a conclusão deste trabalho, indicando livros, artigos e outras fontes de pesquisa.

Em especial agradeço a minha mãe pelo suporte e contribuição na correção deste trabalho.

SUMÁRIO:

RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
INTRODUÇÃO.....	1
1. TEMAS DA TEORIA REALISTAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	4
1.1. Realismo.....	4
1.2. Poder.....	6
1.3. Natureza humana.....	11
1.4. Estado de natureza.....	14
1.5. Política de poder.....	16
1.6. Ideologia na política internacional	18
2. O USO DA FORÇA.....	21
2.1. Guerra.....	23
2.2. As raízes da guerra cristã	28
3. A FORMAÇÃO DO ESTADO AMERICANO.....	38
3.1. O surgimento do Estados Unidos.....	39
3. 2. A separação do Estado e da Igreja.....	45
4. DOUTRINA BUSH.....	49
4. 1. A ideologia do governo Bush.....	52
4.2. O Islã e o Ocidente.....	61
4.3 Imperialismo cristão moderno.....	68
CONCLUSÃO.....	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76

RESUMO

Esta pesquisa visa verificar quais aspectos ligados à religião influenciam a Doutrina Bush. Esse estudo tornou-se significativo desde que George Bush passou a recorrer continuamente à linguagem religiosa para descrever sua política externa, sobretudo, após os atentados de 11 de setembro de 2001. Ele executa, maiormente, através de justificativas religiosas uma política militarista e imperialista, em que pretende promover uma estabilidade mundial através de intervenções preventivas e reformulação da balança de poder, principalmente no Oriente Médio. Este trabalho pretende explicar as ligações entre política e religião através de fatores históricos, políticos e religiosos que contribuíram para formação da Doutrina Bush. As questões chaves investigadas, aqui, são: em que aspectos a religião possui um papel fundamental na formulação da política americana e como conseguiu o governo Bush gerenciar a sociedade americana para sustentar essa doutrina.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to discuss the influences of religion on President George W. Bush's public policy. This study is especially important since September 11, 2001. Since that time, Bush has used more religious language to describe his foreign policy. This policy relies largely on religious reasoning to justify a militarist and imperialist policy that promotes world stability through preventative interventions and regime change (specifically Iraq and Afghanistan) in the Middle East. This paper explains the connections between religion and Bush's foreign policy through a discussion of historical, political and religious factors which contribute to those policies. It will focus on two main factors. One, what is the role religion plays in the formation of U.S. policy and two, how does Bush manage U.S. public opinion to gain support for his policies.

INTRODUÇÃO

A guerra preventiva de agressão contra o Iraque levada por determinação do presidente Bush (filho) foi o principal tema de discussões, deliberações, contendas políticas e ideológicas, no período do governo de Bush. A Estratégia de Segurança Nacional¹, anunciada por ele em 12/09/2002, acabou fortalecendo a militarização da política externa norte-americana. A ação militar é, sem dúvida, o primeiro instrumento de política externa norte-americana, em lugar de ser o último recurso. O uso da força americana passou a ser adotado no sentido contrário de como é prevista pelo Conselho de Segurança da ONU e como tinha sido preservada pelo ex-presidente Clinton.

Com a presidência republicana, através do “*fast track*”, instrumento que garantiu ao executivo norte-americano abordar questões internacionais sem uma maior interferência direta do Legislativo e com o medo decorrente do atentado de 11 de setembro, fortaleceu ainda mais a vontade do Partido Republicano de recorrer ao seu poder militar para se colocar acima da ordem internacional e fortalecer a segurança do Estados Unidos. O contra-senso de destruir uma nação para acabar com uma tirania através de justificativas religiosas, democráticas e nacionalistas, sempre ligada à psicologia do medo, foi o instrumento utilizado pelos republicanos para articularem suas forças reais de poder no combate ao “eixo do mal” e ao terrorismo.

O governo Bush conseguiu em um mandato violar a legalidade internacional, desestruturar instituições, menosprezar direitos fundamentais, enfraquecer a prática diplomática, violar normas democráticas e éticas religiosas.

No plano externo, Bush exhibe a convicção de ser dirigido por uma força divina que dá virtude moral à missão dos EUA no mundo, não só na guerra contra o terrorismo ou “contra o eixo do mal”, mas também concede suporte à consolidação da hegemonia americana. O presidente usa a linguagem religiosa tão abertamente

¹ *National Security Strategy*. Tradução minha. Todos os textos em inglês, na monografia, serão de minha tradução e responsabilidade.

para descrever sua política externa que parece que o governo da maior potência do mundo é refém da fé religiosa de seu presidente.

O governo Bush conseguiu, em um mandato, violar a legalidade internacional, desestruturar instituições, menosprezar direitos fundamentais, enfraquecer a prática diplomática e violar normas democráticas e éticas religiosas.

Esse conjunto de fatores somados a outros foram batizados de Doutrina Bush. É um governo hegemônico (ou imperialista), violento, que pretende fazer o necessário para promover uma estabilidade mundial através das intervenções preventivas e reformulação da balança de poder global, principalmente no Oriente Médio.

Este trabalho tem a finalidade de verificar o relacionamento da Doutrina Bush com a religião. Pretende-se identificar os fatores religiosos nacionais e internacionais que contribuíram para essa doutrina. Analisar e examinar os fatores históricos e religiosos que contribuíram para surgimento e fortalecimento do Estado americano que, desde o início, foi altamente ligado à religião. Sendo assim, podemos verificar se a atual política externa americana difere ou não das políticas americanas anteriores no sentido de utilizar-se da religião para formular sua política externa.

Se, de fato, a novo governo americano está ligado à religião, podemos confrontar o seguinte problema da pesquisa: em que aspectos a religião possui um papel fundamental na formulação da política americana? Como conseguiu o governo Bush gerenciar a sociedade americana para sustentar essa doutrina?

Desse modo, o objetivo geral desta monografia é analisar como a política externa americana do governo Bush está vinculada à religião. Examinar por meio de pesquisa, através dos principais teóricos realistas e alguns teóricos cristãos, o cenário em que se encontra o governo de Bush. Dessa forma, será abordado nessa monografia, o paradigma realista das relações internacionais. A abordagem realista pretende demonstrar quais são as causas para a guerra, ajudará a analisar os conceitos tradicionais de política externa e de religião, no cenário global, pois, por séculos, chefes de Estados ou líderes têm se digladiado e buscado, nas religiões, justificativas e legitimação para guerras. Essa base teórica proverá conceitos e explicações para a ligação de políticas externas e religião.

No segundo capítulo, iremos caracterizar a ligação entre guerra e religião, levantando o conceito realista de guerra e conhecendo as raízes da guerra cristã. Através do conceito de guerra justa procuraremos nos berços do cristianismo, no judaísmo, no Império Romano e na Igreja Primitiva, a ligação entre a moralidade cristã e a guerra que possam descrever o porquê da guerra ser aceita pelos cristãos norte-americanos como Bush.

No terceiro capítulo, pretendemos interpretar a realidade do surgimento do Estado americano e suas ligações com a fé religiosa.

No quarto capítulo verificaremos como a ideologia e as crenças religiosas de Bush e seus aliados chegaram até o governo americano e até onde a crença pessoal de Bush influi nas decisões do comando americano.

Por último, analisaremos os fatores atuais do cenário global que influenciam o governo americano a lançar slogans religiosos contra às outras nações.

1 .TEMAS DA TEORIA REALISTA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Será abordado neste capítulo, o paradigma realista das relações internacionais. Através dos principais teóricos realistas e alguns teóricos cristãos analisaremos o cenário em que se encontra o governo de Bush. Dessa forma, será abordado neste capítulo, o paradigma realista das relações internacionais. A abordagem realista pretende demonstrar quais são as causas para a guerra, ajudará a analisar os conceitos tradicionais de política externa e religião no cenário global, pois, por séculos, chefes de Estados e líderes têm se digladiado e buscado, nas religiões, justificativas e legitimação para guerras. Essa base teórica proverá conceitos e explicações para as causas de políticas externas ligadas à religião.

1.1 Realismo

A Primeira Guerra Mundial deixou inúmeras perdas para os líderes políticos e para humanidade. O equilíbrio de poder entre os Estados havia garantido um nível substancial de paz na Europa, e as guerras selvagens e totais tinham sido novamente esquecidas desde o fim das Guerras Napoleônicas em 1815. Após a Primeira Guerra Mundial, o sistema de equilíbrio de poder estava esgotado e uma era pacífica foi almejada. Com esse intuito de paz foi criada a Liga das Nações, organização idealista com função de promover a segurança coletiva na qual as nações democráticas seriam amantes da paz e se aliariam para responder a agressões.

A Segunda Guerra, no entanto, desiludiu muitos desses idealistas. A democracia caiu na Itália e Alemanha, os membros da Liga das Nações não se aliaram para enfrentar o nazismo a não ser quando quase foi tarde demais. Após a Segunda Guerra, a sociedade internacional abraçou de vez o conceito de que todas as guerras deveriam ser evitadas. Criou-se a ONU para substituir a Liga das Nações, mais uma vez depositando fé na segurança coletiva, supremacia das leis e normas internacionais como meio para coordenar o cenário internacional e na

disseminação da democracia. Insistiu-se em que se as relações internacionais tivessem uma visão mais realista quanto às políticas internacionais, as principais potências mundiais do pós-guerra não poderiam se manter alienadas, caso houvesse nova ameaça à paz mundial. Para se evitar esses antigos erros, o realismo tornou-se a principal abordagem de estudo das relações internacionais. Com os preceitos realistas, foram feitas inúmeras críticas às antigas correntes teóricas, porém adotou-se o já existente realismo da ciência política de Maquiavel, Hobbes, Grotius, Clausewitz, dentre outros, formalizando, assim, a corrente teórica básica do realismo ou neo-realismo.

Para o realismo, as pessoas são egoístas, possuem interesses próprios e estão dispostas a dominar. Os realistas consideram que os Estados soberanos são os atores mais importantes na política mundial, assumindo que esses são racionais e homogêneos. Em outras palavras, cada Estado age com o fim de atingir objetivos preestabelecidos e possuem cada um deles uma única vontade internacional que se manifesta por uma voz unânime.²

Segundo eles, o cenário internacional é um sistema em que os Estados competem entre si pelo poder, e é, basicamente, um sistema anárquico, sem governo ou autoridade suprema. Os Estados promovem seus interesses, não podendo recorrer a nenhuma autoridade para implementar lei ou direito internacional. Isso não significa uma desordem total, pelo contrário, a racionalidade e unanimidade (homogeneidade) promovem a ordem e previsibilidade no comportamento dos Estados. Normalmente, esses observam e se conduzem pelos caminhos do direito internacional, não porque são bons, mas porque o direito internacional promove seus objetivos e lhes interessa serem percebidos como respeitadores do direito e encorajar outros ao mesmo. Esses processos são o que chamamos de cooperação internacional é, de certa forma, os Estados se coordenando para adquirirem poder e prestígio.³

Finalmente, para os realistas, as questões de segurança nacional estão no topo de suas prioridades, e nada pode ser preferencial à agenda política militar ou

² VIOTTI, Paul R; KAUPI, Mark V. **Internacional Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism, and Beyond**. 3. ed. Boston: Prentice Hall, 1998. p.55.

³ Ibid. pp.55-61.

High politics.⁴ Os Estados agem para maximizar os interesses nacionais, e, de fato, o principal meio para se obter isso é pelo uso da força bélica.⁵ Ou seja, os Estados buscam poder para que tenham todos os meios possíveis para alcançarem seus objetivos racionais, sendo a autopreservação o fim desejado e papel do Estado Soberano. Para a maioria dos realistas a busca pelo poder é o principal esforço nas relações internacionais, assim como Morgenthau afirmou: “A política internacional, assim como qualquer política, é uma luta pelo poder. Qualquer que seja o alvo final na política internacional, o alvo imediato é sempre o poder.”⁶

1.2 Poder

Como mostra Morgenthau, os realistas enxergam a esfera política através da busca de poder. O cenário da política internacional é definido por termos de poder, é o único caminho que possibilita alcançar interesses individuais ou coletivos nesse terreno.

Hobbes, no livro *Leviatã*, lembra que “O poder de um homem [...] consiste nos meios de alcançar alguma aparente vantagem futura”⁷. É o conceito básico de toda questão sobre o poder; é a noção de que um ator utiliza-se de meios, de algum modo, para afetar outro ator, e assim adquirir uma vantagem. É a visão que um homem, de algum modo, pode afetar o outro.

Mario Stoppino, no Dicionário de Política, afirma que “poder designa a capacidade ou possibilidade de agir, de produzir efeitos”. É a “capacidade do homem determinar o comportamento do homem.”⁸ É uma relação entre pessoas! O poder pode ser exercido por meio de instrumentos ou de coisas, mas essas coisas não são o poder, mas meios de poder. Segundo Gumplowicz, citado por Stoppino,

⁴ Ibid.p.56.

⁵ Ibid.

⁶ Morgenthau. Apud. VIOTTI, Paul R; KAUPI, Mark V. **Internacional Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism, and Beyond**. 3. ed. Boston: Prentice Hall, 1998. p.57.

⁷ Apud.MOREIRA, Adriano. **Teoria das relações internacionais**. 3º.Ed.Coimbra: Editora Almedina,1999. p.226.

⁸ STOPPINO, Mario. Poder. In:NOBERTO, Bobbio; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**.Coordenador da tradução: João Ferreira.3. ed. Brasília: Universidade de Brasília;Linha Gráfica Editora,1991.v.2. p.934.

poder “consiste na posse dos meios de satisfazer as necessidades humanas e na possibilidade de dispor livremente de tais meios.”⁹

Para Stoppino, não basta especificarmos a pessoa ou o grupo que detém o poder, nem somente os meios de poder, mas a atividade onde esse poder se encontra, ou seja, a esfera de poder. Para ele, a justificativa para darmos mais importância à esfera do poder é sabermos quais atividades são mais importantes nas relações humanas.¹⁰ Existe poder em todas relações, mas o nível de poder envolvido é determinado pela esfera onde ele se encontra. É o que realmente determina quão forte é um poder de alguém sobre alguém. Para se mensurar o poder, que somente se pode observar, caso determinemos a esfera desse poder, é importante perscrutar de onde advém os maiores poderes da sociedade. O mais importante é determinar que esferas de poder possuem maior força sobre uma sociedade.

O poder seria sempre o fio que promove a obediência e subordinação de um por outro. É nessa rede de poder que os indivíduos vivem, não somente no mundo jurídico mas nas relações do dia-a-dia, em cada momento, alguém desenrola um mecanismo de dominação do outro. Porém esse mecanismo precisa ser eficaz, pois ninguém deseja ser dominado nem escravizado. Antes disso, procura-se formas de adquirir poder e lutar contra a opressão. As únicas ferramentas de uso para se domina alguém, sem que esse se sinta escravizado, é presenciarmos a legitimidade dos atos do dominador para o dominado. É quando o dominado delega seus poderes e concorda com as ações do dominador, quase sempre de forma pacífica. É quando o dominado delega seus poderes e concorda com as ações do dominador, aparentemente, de forma pacífica. É por essa legitimação que os governos orientam a forma de sua ideologia política, buscando representar os interesses dos seus dominados e ter sua aprovação (legitimação).

Podemos definir o uso da violência nas relações políticas, como o processo dos atores recorrerem à força quando não conseguem exercer sua vontade por

⁹ Gumplowicz. Apud. STOPPINO, Mario. NOBERTO, Bobbio; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Coordenador da tradução: João Ferreira. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília; Linha Gráfica Editora, 1991.v.2. p.934.

¹⁰ Ibid.

outros meios. Stoppino afirma “é sabido que, nas relações sociais e políticas, recorre-se muitas às vezes à força quando não se consegue exercer o Poder.”¹¹ Ele sugere que para haver uma relação de poder é preciso uma reciprocidade, uma causalidade social. Quando essa não existe, não ocorre uma relação de poder. Todavia não é preciso que o detentor do poder manifeste, explicitamente, que essa relação existe, podemos ele ser um poder escondido, ou seja, uma manipulação.

Segundo Stoppino, é necessário possuir certos recursos para se empregar poder. Exemplos de recursos são: riqueza, força, informação, prestígios, legitimidade, popularidade, amizades, ligações íntimas com pessoas que têm altas posições no poder, dentre outras.¹² São alguns desses mesmos recursos que Maquiavel, no livro *O príncipe*, encoraja os príncipes a possuírem, fazendo-se necessário para continuarem no poder.

Segundo Maquiavel no capítulo XVIII, “nada lhe é mais indispensável que o dar-se ares de religioso”¹³, a aparência religiosa seria a arma mais eficaz para o príncipe conservar e alcançar o poder. Realmente, dentro da esfera religiosa, é onde podemos maximizar e alcançar a maioria dos recursos descritos por Stoppino. É facilmente reconhecível, na história, que quase todos os grandes políticos são ou foram ligados de forma direta à religião e às instituições religiosas. Essa conduta política transmite para os praticantes da fé, uma precisão, certeza, e, de modo geral, gera confiança ao povo quanto aos motivos dos governantes. Isso faz com que a opinião pública apóie os ideais e objetivos dos governantes. Portanto, provoca, nos governados, a certeza que seu governador é um homem honrado, levando o povo a legitimar suas ações. Nesses casos, há a visão que as ações das autoridades civis estão sempre respaldadas por autoridades eclesiásticas ou pelo próprio Deus. Os governantes, através da referência religiosa, muitas vezes, deixam de ser questionados, pois possuem a imagem de direcionamento divino ou profético. Seus atos serão sempre justos na religiosidade do povo.

Segundo Maquiavel, o príncipe não necessariamente precisa guardar a fé e viver com integridade, mas fazer de conta que a possui. Fingir que a possui é útil:

¹¹ Ibid.p.935.

¹² Ibid.p.937.

¹³ MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Germap, 2003. p.112.

“o príncipe pode parecer clemente, confiável, humano, honesto e religioso.” Se, entretanto, quando precisar não ser mais, deve estar pronto para se transformar no contrário, sempre disposto a se movimentar pelas circunstâncias.¹⁴ O príncipe deve fazer o que está a seu alcance para vencer e conservar o poder: “os meios serão sempre considerados honrosos e louvados por todos, pois o vulgo se atém apenas às aparências e aos resultados. Ora, no mundo não existe senão o vulgo, e a minoria não conta quando a maioria tem onde se apoiar. Um príncipe de nossos tempos, que convém nomear, vive a arengar sobre a paz e honestidade sem jamais respeitar uma ou outra. E caso as houvesse respeitado, mais de uma vez teria perdido a reputação e o poder.”¹⁵

É impressionante como essa última citação permanece aplicável à política atual. Maquiavel falava da necessidade de persuadir o povo quando se busca a legitimidade. Ele acreditava que a mentira assegurava a estabilidade de um trono; a imagem pública e a propaganda são condições do governo manter o poder. Todavia isso não seria imoral, pois ele mesmo acreditava que a política possuía uma ética própria, pois lidava com o que é e não com o que deve ser.

Maquiavel acredita que é necessário habilidade do príncipe para utilização desses recursos mencionados: “Necessitando, pois, o príncipe saber usar bem o animal, deve tirar deles as qualidades da raposa e do leão, pois o leão não se defende de armadilhas, nem a raposa dos lobos. Assim, é preciso ser raposa para suspeitar a armadilha e leão para espavorir o lobo. Aquele que se limita a ser leão ignora a arte de governar.”¹⁶ Maquiavel acredita que o homem possui “duas formas de lutar: uma, com as leis; a outra, com a força.” A primeira é própria dos homens, a segunda dos animais. Cumpre-se a quem manter um governo forte, valer-se dos dois. “Pois uma sem a outra não resiste ao tempo.”¹⁷

Podemos concluir que a religião é a forma mais simples de um poder estabilizado; é um instrumento que exerce no ambiente social uma alta probabilidade que a vontade do príncipe ou do religioso seja obedecida e legitimada, continuamente pelo povo. São as religiões, normalmente fundadas em aparatos

¹⁴ Ibid. p.111.

¹⁵ Ibid. p.112.

¹⁶ Ibid. pp.110-111.

¹⁷ Ibid. p.110.

administrativos e ideológicos, que geram fascínio, carisma, dentre outras qualidades, na sociedade em geral. A religiosidade é a reputação ideal para se construir um vulgo maquiavélico.

Também é importante concluirmos que, mesmo havendo uma separação entre religião e Estado, é impossível eliminar-se a religião do indivíduo. Hobbes observa que existe uma “semente natural da religião” que leva os homens “ao que os homens chamam de Deus”.¹⁸

De fato, a religião é um recurso de poder. Entretanto, como se pode verificar se a religião ou qualquer outro recurso é eficaz na soma de poderes? Como se pode mensurar o poder adquirido através dos recursos? Stoppino apresenta três formas de se averiguar. Primeira: a probabilidade de que o comportamento desejado se verifique. Segunda: o número de homens submetidos ao poder. A terceira e mais importante é referente à esfera do poder: baseado na escala de valores prevaletentes em uma determinada cultura, pode-se afirmar se que um poder diz respeito a uma esfera que possui um peso maior ou menor do que outro poder.¹⁹

Para Weber, as relações de poder são principalmente enraizadas na dominação ou na produção da legitimidade de um grupo submisso a um mandato. Através do poder, não importando quais recursos utilizados, esses atores aumentam suas probabilidades de entrar em novas relações sociais e estruturas de dominação. Isso Weber chama de “seleção social”, dando margem a uma interpretação darwinista de Weber, onde os que não possuem poder tendem a desaparecer, pois se tornam minorias.²⁰ Ele separa o poder (dominação legítima) em três tipos²¹: legal racional, tradicional e carismático.²²

¹⁸ MACFARLANE, L.J. **Teoria política moderna**. Tradução de Jório Dauster M. e Silva. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. p.63.

¹⁹ STOPPINO, Mario. In:NOBERTO, Bobbio; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco.**Dicionário de política**.Coordenador da tradução: João Ferreira.3.ed.Brasília: Ed. Universidade de Brasília:Linha Gráfica Editora,1991.v.2. p.939.

²⁰ QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de.**Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte:Editora UFMG, 1999. 1ª reimpressão. p.123.

²¹ Desses três tipos que Weber acredita surgir a autoridade. Autoridade consiste em um poder legítimo e estabilizado.

²² STOPPINO, Mario. In:NOBERTO, Bobbio; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco.**Dicionário de política**. Coordenador da tradução: João Ferreira.3.ed.Brasília: Universidade de Brasília; Linha Gráfica Editora,1991.v.2. p.938.

O legal racional funda-se na crença do ordenamento jurídico do Estado, que define exatamente quem e quais são as funções do poder. É baseado em regras racionais criadas e de cumprimento obrigatório das normas.²³

O tradicional é o poder do “desde sempre” ou ontem eterno, um modelo patriarcal, inimaginavelmente antigo e habitual a ponto de ser um conformismo.²⁴

O carismático que é fundado na afetividade (irracional) que o povo ou súditos tem para com o líder, que conquistou tal posição pelas características e modos especiais que estão presentes na sua personalidade e na vida. Há autoridade do dom da graça, pessoal, de revelação, heroísmo ou qualquer outra qualidade de liderança pessoal. É o domínio exercido pelo profeta no campo religioso ou o senhor de guerra, governante, grande demagogo no campo da política.²⁵

1.3 Natureza humana

Uma das premissas realistas é análise do pensamento político a partir da natureza humana propagada por Maquiavel. Guiado para buscar a verdade efetiva das coisas, ele observa que existem traços humanos imutáveis. Em seu livro *O Príncipe* de 1513, capítulo XVII, Maquiavel abordou: “Com efeito, dos homens em geral, pode-se dizer isto: que são ingratos, volúveis, simuladores, covardes, ante os perigos, ávidos pelo lucro”²⁶, só recuando da prática do mal quando coagidos pela força da lei. Os desejos e as paixões seriam as mesmas em todas sociedades. Maquiavel acreditava que o homem era maligno por natureza, e promoveria a discórdia espontaneamente. Para ele, o poder político nasce de uma origem mundana; nasce da própria malignidade, que é intrínseca à natureza humana.²⁷

²³ QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos**: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 1ª reimpressão. pp.121-122.

²⁴ Ibid.

²⁵ Ibid.

²⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Germape, 2003. p.107.

²⁷ SADEK, Maria Teresa. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù. In: WEAFFORT, Francisco C. **Os clássicos da política**. 9ª.ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.V.1. p.20.

Maquiavel concluiu que não há como domesticar definitivamente a natureza humana. A ordem e a desordem são ciclos históricos. Em todas as sociedades, existe a presença de duas forças opostas: “o povo não deseja ser comandado e oprimido pelos grandes, ao passo que os grandes forcejam por oprimir e comandar o povo.”²⁸

Contudo, para ele, nunca os que vencem conseguem sufocar os vencidos. A política é o mecanismo que impõe uma estabilidade dessas relações, é a obra do possível. Maquiavel sugere que a institucionalização de um governo forte pode acabar com anarquia decorrente desses conflitos.

No livro, *O príncipe*, de Maquiavel, nasce a questão se seria melhor o homem (governo) ser amado ou temido. A melhor resposta é que ele deveria ser amado e temido, mas é difícil reunir, ao mesmo tempo, todas as qualidades que possibilitariam ao homem aumentar seu poder. Seria muito mais fácil e seguro ser temido do que amado. Deveria o homem optar por ser temido do que amado, pois a prática do amor não constitui a essência dos homens e a prática do mal para ser temido é uma parte sempre presente nos homens. Devemos concluir que um governo amado e temido é o mais eficaz, pois possui o respeito dos homens e seu coração. Todavia um príncipe somente amado, os homens não o respeitam e isso ameaça o seu governo, a menos que também o temessem. Ele aconselha que o príncipe, devido à natureza maléfica dos homens, para obter sucesso em seu governo, é preciso desistir de fazer somente o bem e deveria tornar-se cruel. Conforme Maquiavel, o amor dos homens é alcançado, segundo a própria vontade deles, mas o temor se constituiu, segundo a do príncipe, e esse sendo sábio deveria apenas não despertar o ódio do povo para com ele.²⁹

O presidente Bush é um governante que oscila muito nesse padrão de temor e amor. Desperta amor entre muitos americanos, temor de muitos países porém erra na questão de despertar o ódio contra ele. A falta de habilidade de Bush nesse sentido é vista ainda mais fora dos EUA, onde a propaganda pró Bush está mais distante.

²⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Germape, 2003. p.74.

²⁹ Ibid. p.106-109.

Para Hobbes e Maquiavel, como para a maioria dos autores da escola realista, não existe diferença na natureza do homem tanto no tempo, na História ou no espaço social. Para Hobbes, os homens são tão iguais que estão em condições de provocar males entre si. A natureza dos homens é composta principalmente por suas paixões. Ele observa que os sentimentos, desejos e prazeres levam ao homem a abraçar princípios errados. Os homens experimentam, em sua sensibilidade, sentimentos de inveja e medo de sofrer e morrer. Essa mecânica resulta em um estado de terror e confusão constante, possibilitando que o mal seja praticado, resultado da falta de conhecimento da realidade e de bons princípios. As paixões derivam da imaginação e resultam na vontade de saciar todos os desejos da alma, inclusive o desejo de poder.³⁰

Em nenhum momento Hobbes acusa a natureza humana. Não considera os desejos e outras paixões em si mesmos um pecado, até o momento em que exista uma lei de proibição. O que Hobbes pede é um exame de consciência “conhece-te a ti mesmo”. Afirma ele que a impaciência do homem em meditar e em se conhecer decorre em perigo, porque o homem fantasia o que é irreal. Verifica-se uma imprecisão dos sentidos e retém uma imagem frouxa da realidade. Essa distorção da realidade traduz na mente humana que o outro homem sempre é, naturalmente, um perigo para ele.³¹

Se não se sabe o que alguém deseja, suponhamos que ele deseje algo, e é preciso que eu tome uma atitude que me proteja de qualquer atitude que o outro faça, para me prejudicar. O mais lógico é supor que se eu não me defender dos seus possíveis ataques, serei exterminado. Dessa avaliação é geralmente tomada uma atitude de se evitar um ataque do outro através de um ataque preventivo.³²

Raymond Aron, em *Paz e guerra entre as nações*, afirma que a frustração e as privações podem ser causas da agressão.³³ Um exemplo disso foi o ataque ao World Trade Center. Um dos maiores fatores causadores daqueles terroristas terem

³⁰ NOBERTO, Bobbio. Thomas Hobbes. **Revista Humanidades**, Brasília, v.1.n2, jan/mar.1983, p.9.

³¹ RIBEIRO, Renato Janine. Hobbes: o medo e a esperança. In: WEFFORT, Francisco C. **Os clássicos da política**. 9^o.ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.V.1. p.55.

³² Ibid.

³³ ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Tradução: Sergio Bath. 2^o ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p.440.

atacado os EUA, foi a frustração dos envolvidos com relação à cultura americana e com as privações que os muçulmanos possuem no cenário global.

Segundo Aron, o “homem é sempre, em cada momento, vítima e carrasco. A agressão física e a vontade de destruir não constituem a única reação possível à frustração, mas uma das respostas possíveis - talvez a mais espontânea. Neste sentido, os filósofos não se equivocaram quando diziam que o homem é naturalmente um perigo para outros homens.”³⁴ Os muçulmanos envolvidos no ataques testificam esse argumento, ao mesmo tempo em que eles foram oprimidos pela política norte-americana, sendo vítimas de um sistema global injusto, eles se tornaram carrascos do povo norte-americano.

Aron conclui que "o animal humano é agressivo, mas não luta por instinto; a guerra é uma expressão da agressividade humana, mas não é necessária, embora tenha ocorrido constantemente desde que as sociedades se organizaram e se armaram. A natureza do homem não permitirá que o perigo da violência seja afastado definitivamente; em todas as coletividades os desajustados violarão as leis e atacam as pessoas. O desaparecimento dos conflitos entre indivíduos e entre grupos é contrário à sua natureza.”³⁵

1.4 Estado de Natureza.

No princípio, a violência entre os homens não permitia o espaço do direito, o conceito de uso da força estava reduzido à natureza humana, às formas mais primitivas, aonde os homens levados pelas paixões, movidos pelo medo, pelo interesse, e pelo instinto para sobrevivência, geravam “guerras de todos contra todos.” Segundo Hobbes, esse ambiente desregulamentado era um estado de natureza, anterior à constituição da sociedade. A peculiaridade é que, neste estado de natureza, os homens são entregues a eles mesmos; sem quaisquer limitações são levados a conflitos constantes. Hobbes deduz que, nesse estado, o homem tem

³⁴ Ibid. p.441.

³⁵ Ibid. p.466.

direito a tudo, pois não há limites estabelecidos para eles. Essa liberdade é chamada de Direito Natural ou Jus Naturalismo.

No estado de natureza, o conflito é inerente, e, para Hobbes, existem três fatores básicos que estimulam esses conflitos. São eles: “a competição, que faz o homem lutar pelo lucro; a desconfiança, que faz o homem lutar pela segurança; e a glória, que faz o homem lutar pela reputação.”³⁶

Nessa guerra hobbesiana “de todos contra todos”, nada pode ser injusto ou justo, pois não existe distinção entre bem e mal por poder comum. É dessa visão que nasceu, no direito moderno, o princípio de reserva legal ou legalidade (*Nullum crimen nulla poena sine lege praevia stricta et certa*): Não há crime sem lei prévia, estrita e certa. A lei é a única forma de ser reconhecer um ilícito como tal. Ninguém pode perder sua liberdade, nem cometer crime sem que haja uma lei tuteladora. “Ninguém poderá ser condenado sem ter antes cometido crime definido em lei. Culpar alguém por crime que ele cometerá no futuro só é compatível com os regimes de exceção mais violentos”³⁷

Hobbes acreditava que o mesmo estado de natureza resiste na sociedade internacional. Ele confirma na verdade que o estado de guerra “de todos contra todos” é na realidade a guerra civil. Segundo Martin Wight,: “a causa fundamental da guerra não é a existência de rivalidades históricas, nem de acordos [...] a causa fundamental é a ausência de um governo internacional; em outras palavras, é anarquia dos estados soberanos.”³⁸

Citando o *Leviatã* de Hobbes, Wight respalda que o estado de natureza hobbesiano é cíclico, às vezes em paz, outras em guerra “em qualquer época, os reis e as pessoas de autoridade soberana encontram-se num estado de ciúmes constante e assumem o estado e a postura de gladiadores, em virtude de sua independência. Eles apontam suas armas e fixam seus olhos uns nos outros, isto é, eles têm seus fortes, suas guarnições e seus canhões na fronteira de seus reinos e têm sempre espiões vigiando seus inimigos; e isto que constitui uma postura de

³⁶ Hobbes. Apud. NOBERTO, Bobbio. Thomas Hobbes. **Revista Humanidades**, Brasília, v.1, n.2, jan/mar.1983, p.9.

³⁷ PEREIRA, Luis Carlos Bresser. O gigante fora do tempo: A guerra do Iraque e o sistema global. **Revista Política Externa**, São Paulo, v. 12, nº1, jun/jul/ago. 2003. p.45.

³⁸ WIGHT, Martin. **A política do poder**. Tradução Carlos Sergio Duarte. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. p.82.

guerra.”³⁹ Isso seria a evidência da existência do medo hobbesiano, um dilema imutável nas relações internacionais até que surja um governo centralizador do poder que retire o homem da anarquia internacional ou estado de natureza hobbesiano.

Wight afirma que guerras ocorrem também por políticas confusas, mas que todas as causas particulares da guerra estão inclusas no medo hobbesiano e na anarquia internacional.

A atual guerra contra o Iraque, pode ser analisada segundo os conceitos de Wight: a ameaça do terrorismo e as armas de destruição em massa representam o que o povo norte-americano tanto teme. Parece ser o medo hobbesiano presente. A não submissão voluntária dos EUA ao Conselho de Segurança da ONU pode ser descrita como um fato ocasionado pela anarquia internacional. E, por último, a política confusa de Bush, que nunca possuiu uma informação clara da realidade das ameaças das armas no Iraque, mais as informações errôneas passadas para o Congresso americano, dentre outros fatores, resultou no ataque preventivo àquele país. Existem demasiados fatores paralelos que ocasionaram essa guerra, mas permito enxergar somente esses no momento para não perdemos o foco da questão da anarquia internacional.

1.5 Política de poder

Política de poder é um termo informal que designa a política internacional de um país. Em um mundo de unidades políticas autônomas, a aspiração pelo poder é elemento inseparável da política internacional, pois qualquer atividade política internacional consiste necessariamente em política de poder. O primeiro objetivo que esses Estados buscam através do poder é sempre a segurança, independente do que elas declaram em seus ideais. É a necessidade dos Estados soberanos sobreviverem no estado de natureza hobbesiano, na anarquia internacional.

Toda política internacional visando à segurança procede desenvolvendo novas relações de poder, modificando relações anteriores, e mantendo estabilizadas

³⁹ Ibid.

relações vantajosas, para que os demais países, inimigos em potencial, não sejam tentados a guerrear, ou iniciar uma agressão devido à disparidade dos poderes totais de uma nação. Para avaliar os poderes em ação na sociedade internacional e determinar um ponto que evite o recurso da guerra, os analistas recorrem ao conceito de balança de poder⁴⁰ e a partir das conclusões tomadas formulam políticas internacionais.

A balança de poderes consiste em analisar, como bom senso e raciocínio, os poderes entre os Estados, observando os possíveis resultados de um confronto, através da consideração de potenciais militares, econômicos, diplomáticos dentre outros, dos envolvidos.

“A política de equilíbrio de poderes trata-se portanto de uma política conservadora dos sistemas, obviamente contrariada sempre por qualquer Estado revisionista, ou animado por um projeto de expansão.”⁴¹

Na prática dessa política de equilíbrio existem uniões entre Estados ou, até mesmo, um Estado que assuma, nessa política conservadora, a função de fiel da balança. Sempre que há desequilíbrio, o fiel restabelece o equilíbrio. A função da política de balança nunca é eliminar Estados rebeldes, mas mantê-los longe de adquirem poder para iniciar um conflito. É um instrumento de relacionamento pacífico. O equilíbrio do poder não é causa das guerras, mas as maneiras de se equilibrar o poder. São os políticos que determinam qual instrumento será utilizado para equilibrar o poder. O método de análise *balança de poderes* não é a política em si.

Morgenthau acredita que a força é somente mais um meio de poder político, todavia ela perde esse caráter do poder quando se converte em guerra:

“O poder político deve ser distinguido da força, no sentido de exercício concreto de violência física. A ameaça de violência física, sob forma de ação política, detenção, pena de morte ou guerra, constitui um elemento intrínseco da política.

⁴⁰ Balança de poder e equilíbrio de poder é sinônimo para os realistas, consiste na estabilidade (não igualdade) dentre inúmeros componentes de um sistema fechado.

⁴¹ MOREIRA, Adriano. **Teoria das relações internacionais**. 3^o.Ed.Coimbra: Editora Almedina,1999. p.234.

Sempre que a violência se transforma em realidade, temos um caso de abdicação do poder político em favor do poder militar.”⁴²

Para Raymond Aron, os líderes internacionais devem, em favor da moralidade e obrigação de seus cargos, equilibrar a balança de poder, quando ameaçam a segurança das pessoas:

“ O estadista não deve esquecer que uma ordem internacional só se mantém se for apoiada por forças capazes de equilibrar as forças dos Estados insatisfeitos ou revolucionários. Se não levar em conta essas forças, cometerá uma falta, falhando com relação a suas obrigações, ou seja, à moralidade de sua profissão e sua vocação. Cometerá uma falta e também um erro, comprometendo a segurança das pessoas e dos valores cujo destino lhe foi confiado.”⁴³

1.6 Ideologia na política internacional

O que é importante compreender é que o resultado de qualquer ação internacional gera efeitos na política externa, dependendo do modo como são interpretadas pelos grupos de interesses, tomadores de decisão, políticos, religiosos, a sociedade em geral. O exemplo disso é o ataque às Torres Gêmeas. Estado americano reagiu na medida em que esses conjuntos de interesses entraram em concordância com o Estado.

Thompson define ideologia como: “um conjunto de valores e crenças que são produzidas e defendidas pelas agências do Estado e que servem para reproduzir a ordem social através de garantir adesão de pessoas.”⁴⁴

Independente de qual seja a ação política, a manifestação básica da política é a busca por poder. Porém a busca por poder costuma ser vinculada à ideologia ou qualquer outro procedimento que legitime meios empregados, para se obter os fins

⁴² MORGENTHAU, HANS J. **A política entre as nações**: luta pelo poder e pela paz. Tradução: Oswaldo Biato. Brasília: Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2003. p.50.

⁴³ Raymond Aron. Apud.BRITTO, Christiane Carneiro. **O paradigma realista e a doutrina Bush**: o que mudou na política externa norte-americana. Brasília: Monografia Uniceub, 2003. p.18.

⁴⁴ THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.Tradução:Grupo de Estudos sobre ideologia, comunicação e representação sociais da pós-graduação do instituto de psicologia PURCS.Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1995. p.104.

desejados. É da natureza da política empregar ideologias para sustentar os objetivos imediatos das ações; como justas e dignas de apoio:

“ O ator no cenário político não consegue esquivar-se de representar um papel, ao esconder a verdadeira natureza de suas ações políticas por trás da máscara de uma ideologia política. Em outras palavras, embora toda e qualquer política consista necessariamente uma luta pelo poder, as ideologias tornam o envolvimento nessa disputa não só moral como psicologicamente aceitável para os atores e sua platéia.”⁴⁵

Lasswell declara que qualquer governo justifica suas políticas em nome de certos símbolos, impondo razões incontestáveis dessas ações. Tais símbolos são ideologias. Pela palavra e preferencialmente por slogans, nada é menos persuasivo que esse mecanismo.⁴⁶ Desse tipo de simbologia que nasce os slogans como; “eixo do mal”.

Segundo Thompson, a simbologia é uma estratégia de identidade coletiva, e o expurgo do outro é um chamado a resistência coletiva à uma ameaça: “Essa estratégia envolve a construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é tratado como mau, perigoso e ameaçador e contra qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo.”⁴⁷

É impossível desvincular-se por completo de ideologias, pois não existe uma pessoa, grupo ou nação axiologicamente neutra. Para conhecermos a política de uma nação, precisamos reconhecer que os indivíduos e grupos, pois através das ideologias desses é que é construída a própria imagem representativa de sua existência e de sua visão de mundo.

A ideologia apesar de ser um fator de representação cultural e motivador da sociedade, também se atribui à ideologia um caráter de fenômeno negativo. A ideologia possui uma função de justificação dos interesses da classe dominante que

⁴⁵ MORGENTHAU, HANS J. **A política entre as nações: luta pelo poder e pela paz**. Tradução: Oswaldo Biato. Brasília, Universidade de Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2003. p.175.

⁴⁶ LASSWELL, Harold Dwight. **Política, quem ganha o que, quando, como**. Tradução: Marco Aurélio dos Santos Chaudon. Brasília: Universidade de Brasília, 1984. p.31.

⁴⁷ THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Tradução: Grupo de Estudos sobre ideologia, comunicação e representação sociais da pós-graduação do instituto de psicologia PURCS. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1995. p.87

se utiliza disso para manipular a platéia em geral; esconde-se a luta pelo poder através de justificativas plausíveis para os dominados.

“Ideologia é uma representação falsa que desempenha a função de dissimular a pertinência dos indivíduos à determinada tradição. Fato que o indivíduo ou grupo têm interesse em não reconhecerem ou admitirem”⁴⁸

Apesar da visão negativa da ideologia é indispensável a uma nação uma ideologia, pois as crenças desempenham um papel positivo com relação à identidade nacional e à integração das forças internas de um povo. Elas reforçam o nacionalismo. Segundo Morgenthau, um governo cuja política externa esteja em sintonia com ideologias nacionais eleva a moral e o poder de uma nação:

“Para poder organizar um povo atrás da política externa do governo e arregimentar todas energias e recursos nacionais em apoio do mesmo, o porta voz da referida nação, em vez de clamar por poder terá de apelar para necessidades biológicas, como a existência de princípios morais, como a justiça. Essa é a única maneira pela qual uma nação pode alcançar o entusiasmo e a disposição para o sacrifício, elementos sem os quais nenhuma política externa pode resistir ao teste de força. Essas são as forças psicológicas que inevitavelmente dão origem às ideologias da política internacional e as transformam em armas na disputa pelo poder no cenário internacional.”⁴⁹

Morgenthau declara que “Os povos e os políticos podem buscar, com fim último, liberdade, segurança, prosperidade ou o poder em si mesmo. Eles podem definir seus objetivos em termos de ideal religioso, filosófico, econômico ou social.”⁵⁰

Thompson argumenta que, ao mesmo tempo, em que as ideologias podem ser instrumentos de dominação, elas também podem ser “marcas referências de sentido, por assim dizer, que possibilitam às pessoas se orientarem num mundo caracterizado por certo sentimento de falta de fundamento, uma sensação produzida pela destruição de estilos de vida tradicionais”, se “os fenômenos simbólicos servem,

⁴⁸ GILES, Thomas Ransom. **Estado, poder, ideologia**. São Paulo: Editora EPU, 1985. p.59.

⁴⁹ MORGENTHAU, HANS J. **A política entre as nações: luta pelo poder e pela paz**. Tradução: Oswaldo Biato. Brasília, Universidade de Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2003. p.178.

⁵⁰ Ibid.p.50.

ou não, para sustentar relações de dominação, é[...] “respondida somente quando se examina”⁵¹[o papel desse simbologia na sociedade.]

2. O USO DA FORÇA

Vários teóricos tiveram visões sobre o uso da força como um instrumento de último recurso na política internacional. A maioria concorda com a importância do recurso à guerra. Todavia abordam, de diferentemente formas, os limites e justificativas morais de como essa deve ser conduzida.

Como vimos no capítulo anterior, as ideologias, sobretudo as religiosas, são instrumentos políticos para se obter legitimidade da população. Em outras palavras, são ferramentas de justificativas racionais e aceitáveis de decisões políticas. São um conjunto de símbolos e crenças que determinam o que é socialmente aceitável para a população e para seu o governo. Ou seja, a sua captação por um governante torna-se um instrumento de justificação dos meios utilizados para atingir o fim desejado.

Entretanto, como podemos verificar, esses dois instrumentos somente são eficazes quando os indivíduos alvos dessas políticas são influenciáveis por essas crenças. A ideologia religiosa, quando é aceita pelos governados, produz uma neutralização das forças antagônicas de uma sociedade e gera uma revitalização das forças de uma nação ou domínio social de uma determinada ideologia sobre uma sociedade. Mas esses sistemas de crenças podem nunca ser compartilhados e aceitos por uma determinada sociedade ou grupo. A efetividade dessas ideologias somente pode ser uma ferramenta de legitimação quando o povo compartilha a mesma fé. Quando esses instrumentos são ineficazes, pode recorrer-se a outros recursos para legitimação dos atos políticos.

Quando as crenças e valores de uma sociedade não são uniformes ou quando a ideologia, utilizada pelo governo soberano, não é unânime, muda tudo. Recorre-se, normalmente, ao Direito para regulamentar o comportamento da

⁵¹ THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social critica na era dos meios de comunicação de massa. Tradução: Grupo de Estudos sobre ideologia, comunicação e representação sociais da pós-graduação do instituto de psicologia PURCS. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1995.p.76.

sociedade. Através de acordos, a política passa a utilizar-se de uma regulamentação daquilo que é válido ou não é válido. Todos os conflitos passam a serem resolvidos através do Direito e do diálogo político. Quando surge uma força antagônica ao Estado de Direito estabelecido, essa é neutralizada pelo uso da força ou de sanções.

Assim como internamente nos Estados, essa mecânica também ocorre na sociedade internacional. Estados utilizam-se de ideologias, religiões e do direito para promover seus objetivos. Todavia esse mecanismo de legitimidade nem sempre é possível, e tornar-se necessário utiliza-se da força para estabelecer a vontade ou a ordem.

Os EUA, por exemplo, importam cultura, a liberdade religiosa, a democracia, os direitos humanos e o neoliberalismo dentre outros símbolos da ideologia americana, toda vez que promovem seus interesses no exterior. Faz isso tanto para se justificar para seus governados e para a sociedade internacional, tanto quanto para aumentar sua influência através da conquista dos corações de outros povos. É o que Maquiavel descreve, como sendo, importante para um governante, “ganhar os corações”, ser amado. Entretanto, apesar desses valores parecerem universais para o Ocidente, eles não são valores compartilhados pelo Oriente, principalmente, o mundo muçulmano.

Como sabemos, a sociedade internacional é anárquica; o direito internacional é de certa forma ineficaz, e os valores ocidentais para o Oriente são uma afronta a seus valores. Quase todo o direito e ideologia/religião são recursos ineficazes para promover o interesse americano no mundo árabe, pois não são mecanismos que definam a identidade desses povos. Podemos mensurar esse poder religioso cristão à ideologia americana como sendo uma esfera de poder dispensável e ineficaz, no caso do mundo árabe.

Junta-se a diferença cultural com as inúmeras guerras históricas entre as duas realidades e temos um cenário de difícil pacifismo. Sendo assim, sabendo que é impossível sempre se recorrer a instrumentos pacíficos de convívio, e, sabendo que existe um estado de natureza internacional, é inevitável que a guerra esteja presente nesse ambiente. Conseqüentemente, estudarmos a guerra é indispensável

para entendermos a política norte-americana do governo Bush, no Oriente Médio. É mister que, cedo ou mais tarde, essas duas culturas expansionistas (Muçulmana e Cristã) entrem em choque.

Na primeira parte deste capítulo, focalizaremos o conceito de guerra através do paradigma realista, observando os conceitos de guerra de Clausewitz e o conceito secular de guerra. Na segunda parte, analisaremos, historicamente, como a guerra é justificável na ética religiosa cristã.

2.1 Guerra

Clausewitz, no livro *Da guerra*, conclui: “A guerra é pois um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade.”⁵² Ou seja, segundo esse autor, para haver um estado de guerra seria preciso um ato de violência. Clausewitz define: “guerra é um conflito de grandes interesses resolvidos por sangue, e é somente nisso que ela se distingue dos outros conflitos.”⁵³ Conforme o autor, o combate é parte essencial de uma guerra. Dessa forma, podemos concluir que qualquer outra forma de conflito sem combate, não se classificaria como guerra. Apesar dele ter desenvolvido o conceito de “guerra virtual,”⁵⁴ para ele, o desdobramento lógico do conceito de guerra não admitia qualquer moderação e levaria a um extremo de violência, à guerra absoluta.

A guerra absoluta de Clausewitz é exercício extremo da violência, resultado de três interações decorrentes da guerra, são elas: (a) Os lados usariam da forças armadas sem constrangimento e não haveria qualquer proporcionalidade nos combates; (b) O objetivo da guerra seria desarmar o inimigo; guerra é um ato de força e a melhor forma de garantir sucesso é destruir a capacidade do inimigo de ter armas; (c) A guerra demandaria a máxima mobilização da sociedade para exercer toda a força de sua vontade.⁵⁵

⁵² CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Tradução Maria Tereza Ramos, preparação de original Mauricio Balthazar Leal. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.7.

⁵³ Ibid.

⁵⁴ Algumas situações não levam ao combate, nestas ocasiões Clausewitz explica que o combate foi travado mentalmente, virtualmente. Pois um dos comandantes, cujo antecipou o resultado da guerra decidiu não sacrificar vidas nem forças em um combate real.

⁵⁵ PROENÇA, Junior Domício; DINIZ, Eugenio; RAZA Salvador Ghelfi. **Guia de estudos de estratégia**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar. 1999. p.77.

Dessa última interação, a guerra se vincula à vida da sociedade e a meios de se vencer uma guerra. O autor constituiu a visão de que a guerra é composta por uma trindade: o governo, as Forças Armadas e a sociedade. Na guerra absoluta, não bastava derrotar as Forças Armadas e o governo, mas também o povo. Clausewitz possibilita reconhecer fenômenos bélicos como o terrorismo e guerrilhas pois são manifestações de defesa do povo.⁵⁶

Apesar disso, ele mesmo constatou que, na prática, as guerras nunca são absolutas no resultado, tendo em vista que são limitados ou ilimitados por objetivos políticos que controlam a guerra em todo seu desenrolar. Quanto mais forem ilimitadas as guerras, mais elas tendem à guerra absoluta.⁵⁷ Segundo ele, as guerras historicamente nunca são espasmos de violência absoluta, ou seja, ilimitadas, pois tendem a terminar antes que os extremos da violência sejam atingidos. As guerras terminam porque a política determina os objetivos finais da guerra, como, por exemplo, conquistar o território inimigo. Assim que tais objetivos são atingidos, a guerra se extingue e se torna limitada pela política.

A guerra, segundo ele, é um instrumento da política e não tinha sentido fora do mundo político. Para ele, “a guerra é uma simples continuação da política por outros meios,”⁵⁸ principalmente, os meios de forças. “A nossa vontade,” seria manifestada pela política através da guerra. Nesse sentido, existiria um elo entre política e guerra. A guerra seria uma forma de resolver os choques de interesses conflitantes entre os Estados e, por essas razões, se poderia afirmar que a guerra pertence ao domínio da política. Apesar disso reconhecia que a guerra estava inserida no mundo de várias formas e era marcada por inúmeras ligações e relações que vão além da política, porém essa seria a ligação preponderante.

Segundo Clausewitz, no mundo real, “a guerra não é um ato isolado, que ocorre bruscamente, sem conexões com a vida anterior do Estado.”⁵⁹ Ela não consiste numa decisão única ou em várias decisões simultâneas e “não implica uma

⁵⁶ Ibid.p.80.

⁵⁷ Ibid.p.84.

⁵⁸ CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Tradução Maria Tereza Ramos, preparação de original Mauricio Balthazar Leal. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.27.

⁵⁹ Clausewitz. Apud. ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Trad. De Sergio Bath. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p.70.

decisão completa em si mesma.”⁶⁰ Ou seja, para algum Estado buscar a guerra é preciso muito mais do que a simples vontade de combater, é preciso que mecanismos de poder sejam acionados através da política e de outros meios.

Martin Wight, no livro, *Políticas do poder*, acredita que as causas das guerras são, normalmente, geradas por decisões de governos e paixões individuais impelidas por relacionamentos de poder. Utilizando-se do pensamento hobbesiano sobre motivos das guerras, Wight separou guerras em três campos (guerras de ganho, guerras de medo e guerras de doutrina) que resultam em quatro tipos de guerra (guerra agressiva e preventiva; guerra de prestígio e segurança; guerra idealista e, talvez, guerra justa).⁶¹

Guerra de Medo é o problema de exclusão e de preocupação com relação a um mal futuro. A preocupação dos Estados, a partir do medo, promove uma política externa visando, em primeiro lugar, à segurança, sabendo que as grandes potências estão sempre se sentindo ameaçadas, e as guerras, por isso, se tornam inevitáveis. “Vale tese em mente que o motivo do medo leva tanto à guerra preventiva quanto à guerra defensiva e que na maior parte das guerras entre grandes potências o motivo do agressor foi preventivo.”⁶² Talvez não haja nem um motivo que justifique esse medo, muitas das vezes o simples desconforto de constante perda de poder, conseqüentemente resulte em uma guerra. Às vezes a idéia de “agora ou nunca” está presente nesses Estados: ou atacamos agora, ou, amanhã, nos atacarão.⁶³

A guerra de doutrina, missionária ou de cruzada, reafirma princípios e leva adiante uma causa, um instrumento de convicção doutrinária. Sua forma surge quando, na comunidade internacional, grupos de indivíduos se aliam mais a grupos de indivíduos de outros Estados com um princípio em comum do que pertencentes a seu próprio Estado. A consequência disso é a introdução em todos os Estados de interesses diferentes e, no cenário internacional, de forças horizontais que desequilibram as estruturas da sociedade internacional. Os Estados tradicionais nem sempre foram Estados Soberanos e os surgimentos desses grupos têm sido uma forma de autodeterminação dos povos. Também estão ligados a ações

⁶⁰ Ibid.

⁶¹ WIGHT, Martin. **A política do poder**. Trad. de Carlos Sergio Duarte. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. p.113.

⁶² Ibid.

⁶³ Ibid.

revolucionárias, e os membros de nossa sociedade internacional usaram inúmeras vezes desse tipo de guerra para se auto-afirmarem. Quando essa doutrina se torna armada e possui um território, muitas das vezes gera um Estado Soberano.⁶⁴

A guerra de contra-revolução é a atitude mais comum em retaliação a uma guerra de doutrina. A contra-revolução objetiva a segurança e cujo motivo é o medo (pode ser considerada uma guerra de medo). Segundo as antigas doutrinas de guerra justa, a intenção de se guerrear por segurança e medo da nova doutrina, seria correto.⁶⁵

A guerra de ganho nada mais é do que uma expansão imperialista motivada pelos interesses econômicos transparentes. Citamos, como exemplo as guerras com objetivo de conquistar as colônias. Hobbes as considera a dialética da grandeza dos Estados versus a de recursos escassos. E seu resultado seria o acúmulo de riquezas.⁶⁶

A guerra é uma manifestação política que, até o final da Primeira Guerra, era conhecida como um direito inviolável de um Estado Soberano.⁶⁷ Seria inerente à sociedade anárquica internacional, o homem fazer justiça com suas próprias mãos. O Estado é a imagem e semelhança do homem e representa o poder coletivo do homem.

A partir da evolução científica e das instituições de direito internacional como a ONU, essa visão hobbesiana perdeu força. A guerra passou a apresentar-se como um ilícito internacional. As Organizações Internacionais passaram a restringir a soberania e o uso individual da força.

Quaisquer que sejam as teorias abordadas, no que concerne ao tema do uso das forças bélicas na história recente, essas procurarão razões para legitimar suas ações bélicas, para fins de alongar seus poderes nas relações internacionais.

A palavra guerra aparece uma única vez na Carta na ONU, no primeiro parágrafo e o termo é empregado para definir Guerra total (absoluta), tipificado pelas

⁶⁴ Ibid.

⁶⁵ Ibid.

⁶⁶ Ibid.p.114.

⁶⁷ HUCK, Marcelo Herme. **Da guerra justa à guerra econômica**: uma revisão sobre o uso da força em direito internacional. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 11.

Grandes Guerras de 1914 e 1939.⁶⁸ Guerra, na verdade, é um conceito político, previsto pela sociedade e considerado um fato jurídico. É um fato que corresponde a um fato descrito ou configurado no modelo do ordenamento jurídico normativo.

Hoje uma definição que é geralmente mencionada aparece no tratado de L.Oppenheim sobre D.I. “A Guerra é a contenda entre dois ou mais Estados por meio de suas Forças Armadas, com o propósito de sobrepor um ao outro e impor condições de paz aprazíveis ao vitorioso.”⁶⁹

Apesar da atual conjuntura ligar a guerra à ilegalidade e criminalidade principalmente das ações de agressão direta entre Estados, o cenário internacional não eliminou sua incidência, mas criou um ambiente em que é necessária a legitimidade para o uso da força. Qualquer que seja o objetivo de uma política externa como estoque de petróleo, domínio da população, triunfo de uma idéia, nunca é a guerra em si. Alguns homens amam a luta em si; contudo, quando os Estados se ordenam legalmente, a guerra não pode ser mais do que o ultimo recurso de preservação e de estabelecer a paz.

O sistema da ONU proibiu a guerra, mas não chega a proibir em termos totais a guerra. O uso da força passou a ser um mecanismo de proteção total utilizado e permitido aos membros. Uma segurança coletiva, sob responsabilidade de um órgão da ONU, o Conselho de Segurança, seria um garantidor da paz internacional. Cabe ao Conselho qualificar uma guerra e decidir sobre a legitimidade do uso da força.

As seguintes exceções possibilitam o uso da força nas relações internacionais, segundo a Carta da ONU: (a) no exercício da legítima defesa individual ou coletiva; (b) nas ações coletivas para manutenção da paz; (c) na luta dos povos no quadro do exercício de seus direitos à autodeterminação; (d) nas intervenções coletivas por motivos humanitários ou de humanidade.⁷⁰

⁶⁸ SOARES, Guido Fernando Silva Soares. Legitimidade de uma guerra preventiva, em pleno 2003. **Política Externa: EUA e a Ordem Mundial: uma nova doutrina.** São Paulo, v.12, n.1, p. 7, jun/jul/ago, 2003.

⁶⁹ Tratado de L.Oppenheim Apud. DINSTEIN, Yoram. **Guerra, agressão e legítima defesa.** Tradução Mauro Raposo de Mello. 3 ed. São Paulo: Manole, 2001. p.5.

⁷⁰ SOARES, Guido Fernando Silva Soares. Legitimidade de uma guerra preventiva, em pleno 2003. **Política Externa: EUA e a Ordem Mundial: uma nova doutrina.** São Paulo, v.12, n.1, jun/jul/ago, 2003. p.15.

A guerra ao Iraque foi um claro desprezo ao Conselho de Segurança e à ONU. As fontes de direito internacional não tiveram qualquer relevância na regulamentação desse conflito. Caberia ao Conselho de Segurança qualificar a guerra e decidir quanto à legitimidade do uso da força norte-americana. Porém, em hipótese alguma, o presidente Bush após iniciar a guerra, buscou legitimação da sociedade internacional através dos mecanismos da ONU. Logo após aos atentados, ele baseou sua legitimidade no emocional americano que se encontrava ferido, usou do nacionalismo e de ideologias que acabaram unindo a nação após o atentado. Baseado em uma política de poder, com o uso da força militar, o Presidente Bush não receou utilizar-se de justificativas religiosas para o conflito bélico.

A idéia de guerra preventiva subverte a concepção de guerra da ONU, e é um ilícito. Não havia outra forma de apoiar a política americana a não ser através da ideologia religiosa, nacionalista, tradicional americana, traduzindo-se o inimigo em “eixo do mal”. Como iremos ver mais adiante em outros capítulos não foi a primeira vez que o governo americano recorre a esse aparato para designar uma ação política americana.

2.2 As raízes da guerra cristã

Na Roma antiga, encontramos distinção entre “guerra justa” (*bellum justum*) e “guerra injusta” (*bellum injustum*). Segundo Cícero, esses conceitos de guerras justa ou injusta são resultados de um Instituto de Direito Romano, os *Fetiales*. Esse instituto era composto por sacerdotes encarregados de determinar as obrigações referentes à guerra. Os poderes políticos da época eram sujeitos à aprovação dos *Fetiales*, mesmo não havendo separação dessa casa sacerdotal e do governo civil. Ou seja, os *Fetiales* eram servos políticos dos governantes e ligados a deveres estatais.⁷¹ Nesse momento, a guerra nascia de um fundamento político, embasado no religioso, e se tornava matéria de direito público. A participação dos deuses no cotidiano romano era grande, todas as guerras precediam consulta ao sobrenatural

⁷¹ DINSTEIN, Yoram. **Guerra, agressão e legítima defesa**. Tradução Mauro Raposo de Mello. 3 ed. São Paulo, Manole, 2001. p.87.

e exigiam inúmeros rituais para serem praticados antes, durante e depois das guerras. Isso era um fator legitimador do uso da força. Religião aliada a motivos políticos, dava o manto de justiça às ações romanas. Hans Kelsen, em *Direito e Paz nas Relações Internacionais*, afirmou que Roma e sua civilização eram constituídas de dois pilares fundamentais, a confiança nos deuses e poder dos exércitos.⁷²

Os *Fetiales* consultavam os deuses ao tomarem as decisões e exigiam dos políticos que quatro elementos estivessem presentes para considerar a guerra justa: (a) violação do território romano; (b) violação pessoal ou insulto aos embaixadores de Roma; (c) violação de tratado com Roma; (d) apoio ao inimigo por uma nação considerada amiga por Roma.⁷³

No Antigo Testamento, antes mesmo de Roma, já tínhamos registros da importância da guerra para os povos judeus. Havia a profecia divina mostrando que Deus tomava a iniciativa para os combates. Apesar de, em alguns casos, houvesse guerras ou combates sem a delegação divina.

No período histórico entre a escravidão do povo judeu no Egito e o exílio babilônico, os hebreus sempre tiveram de guerrear para conquistar território e permanecerem livres do domínio de outros povos.

No Pentateuco ou Torá, as cidades fora de Canaã que não aceitaram a paz através de tratados, deveriam ser destruídas, matando-se os homens, e era liberada a posse dos despojos conquistados, porém, dentro de Canaã, adotava-se a eliminação completa para impossibilitar a contaminação dos judeus com falsos deuses pagãos daquele território. O destino dos “sete povos” instalados em Canaã no momento da entrada de Josué, aproximadamente no século XIII antes de Cristo, não poderia ser compartilhado pelos judeus, pois valores morais e culturais do inimigo pagão deveriam ser abominados.⁷⁴ O povo judeu poderia tomar essa região para habitação, mas não poderia imitar a conduta dos antigos povos daquela época. A guerra contra esses povos se assemelha em muito ao conceito de “guerra absoluta” de Clausewitz, “guerra é um ato de violência, e não há limites à

⁷² KELSEN. Apud. HUCK, Marcelo Herme. **Da guerra justa à guerra econômica**: uma revisão sobre o uso da força em direito internacional. São Paulo: Saraiva, 1996. p.30.

⁷³ HUCK, Marcelo Herme. **Da guerra justa à guerra econômica**: uma revisão sobre o uso da força em direito internacional. São Paulo: Saraiva, 1996.p.30.

⁷⁴ **Bíblia Sagrada**. Nova Versão Internacional. São Paulo: Editora Vida, 2000. Êxodo 23:32; Êxodo 34:11-16; Deuteronômio 7:1-5.

manifestação desta violência. Cada um dos adversários legisla para o outro [...] conceitualmente, deve chegar a um extremo.”⁷⁵ A função principal da guerra não era somente a conquista territorial da terra prometida mas também uma forma de punição dos povos pagãos que habitavam Canaã, que, pela sua vida considerada iníqua, eram castigados.⁷⁶

Contudo Moisés , em um determinado momento (Dt.2:26 e Dt 20), passou a estabelecer que toda operação militar deveria preceder a uma proposta de paz.

Apesar da determinação de aniquilação completa desses povos, parece que não houve, de forma literal, o extermínio dos mesmos, pois esses povos são citados em outras passagens históricas após a conquista de Canaã.

No contexto, na tradição judaica, O *Midrash*, descreve essas guerras de aniquilação dos “sete povos,” como uma forma de se alcançar a paz. “Suas vias (da Torá) são vias deliciosas e todos os seus caminhos são de paz”: tudo o que está escrito na Torá foi escrito tendo em vista a paz, e apesar de serem descritas algumas guerras, elas foram objetivando alcançar a paz. Aconteceu mesmo que Deus anulou uma das suas próprias decisões de combate devido à paz.”⁷⁷

Também, segundo as tradições judaicas, Josué deveria ter aplicado a regra de extermínio aos “sete povos,” apesar do Livro de Josué descrever inúmeras guerras. O Talmude (Lei oral) deduz a partir de um versículo que Josué deu aos povos a escolha entre paz, a fuga e a guerra. “Não obstante, o fato mais importante consiste em que no plano jurídico, as prescrições referentes aos ‘sete povos’ não possuíam mais força de lei após a conquista de Josué. Segundo a célebre fórmula de Maimônides, sua lembrança perdeu-se: as prescrições mosaicas que lhes diziam respeito caducaram por falta de propósito.”⁷⁸

Ou seja, todas as guerras proféticas de aniquilação dos “sete povos,” prescreveram e não podem ser alegadas novamente como legitimidade para retomarem ataques a esses povos ou qualquer outra nação. O mesmo pode ser previsto com relação a todas as guerras obrigatórias, todavia a Torá não prescreve

⁷⁵ CLAUSEWITZ. Apud. RAYMOND, Aron. **Paz e guerra entre as nações**. Trad. De Sergio Bath. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p.69.

⁷⁶ **Bíblia Sagrada**. Gênesis 15:12-19

⁷⁷ WEIL, Prosper. **O direito no pensamento judaico**. São Paulo: Perspectiva, 1985. p.65.

⁷⁸ WEIL, Prosper. **O direito no pensamento judaico**. São Paulo: Perspectiva, 1985. p.66.

com relação a *Amalec*,⁷⁹ pois ele representa a luta eterna contra o mal e sempre que houver injustiças pode-se utilizar a guerra para reparar a injustiça. “A prescrição bíblica é também interpretada pelo Talmude como significado que a luta contra o mal jamais deve ser perdida de vista. Quanto a ponto de vista de guerras preventivas, deve ser incluída sobre o ponto de vista jurídico de guerras opcionais.”⁸⁰ Em outras palavras, as raízes judaicas não só reconhecem a guerra contra o mal como também reconhecem a possibilidade da guerra preventiva. O exemplo histórico mais forte de guerra preventiva que os judeus empreenderam foi a Guerra dos Seis Dias, em 1967.

No período do Pentateuco (Torá), o princípio de confronto também era regido pela punição segundo a “Lei de Talião.” O fim da punição seria primariamente retributiva e, em segundo lugar, preventiva por meio de comição (Forma de coação psicológica). A agressão representava a idéia de justiça divina e que os homens escolhidos ou chamados por Deus teriam a possibilidade de serem instrumentos dessa reeducação divina. Toda legislação antiga encontra ecos na Lei de Talião, que foi a primeira tentativa de se usar o princípio de proporcionalidade da guerra ou agressão. O enunciado, “olho por olho , dente por dente”, dá uma visão de que o dano provocado deveria corresponder ao dano causado.

Enunciadas no Pentateuco, o direito de guerra judaico teve um grande crescimento, principalmente pelo fator de que o povo no Sinai, era perturbado e obrigado a fazer inúmeras guerras. No período seguinte dos profetas até o exílio babilônico mais uma vez apareceram inúmeras guerras contra o povo judaico. A literatura bíblica nos limita a informar os momentos e alguns mandamentos divinos de Moisés para com o povo judaico. Entretanto o Direito Judaico se desenvolveu e também criou sua doutrina de guerra. Fundamentada em textos bíblicos, lei oral e tradições judaicas, a legislação rabínica distingue a guerra em duas categorias: “as *Mitsva*, isto é um dever religioso (guerras obrigatórias expressa por Deus a Moisés), e aquelas que são puramente facultativas.”⁸¹ No Talmude chamam-se *Milkhemet Mitsva* e a *Milkhemet Rechut*, respectivamente. Essas definições não coincidem exatamente com os conceitos de guerra romana: *bellum justum* e *bellum injustum*.

⁷⁹ **Bíblia Sagrada.** Deuteronômio 25:17-19.

⁸⁰ WEIL, Prosper. **O direito no pensamento judaico.** São Paulo: Perspectiva, 1985. p.67.

A guerra obrigatória em tese não requer formalidade, o princípio desenvolvido pelos judeus era de que não se desencadeia uma guerra opcional, sem decisão do Grande Sinédrio. Sendo assim, a decisão de guerra precisa, nesse contexto histórico, de autorização eclesiástica.

A doutrina do *bellum justum* não desapareceu após o Império Romano, pelo contrário, foi adotada pela teologia cristã, apesar de no Novo Testamento haver a clara intenção de não cuidar de guerra, mas focalizar na vida interior do homem.

No primeiro século, a Igreja adotou a postura de proibir os cristãos de combaterem. Até 170 D.C, em nenhuma circunstância, a Igreja Cristã considerava a guerra como sendo moral.⁸² Contudo, quando o Cristianismo se tornou a religião oficial do império, a Igreja se viu obrigada a guerrear por ele. Os cristãos deveriam derramar o seu sangue pelo bem do império. Logicamente o abandono aos ensinamentos dos apóstolos evidenciou a necessidade de procurar teologicamente uma doutrina que correspondesse à situação política em que a Igreja se encontrava. Mudanças tão radicais, em conceitos básicos de cristianismo, necessitou de novos dogmas que reestruturassem doutrinas de guerra. Isso foi feito por São Tomas de Aquino (séc. XIII) e Santo Agostinho (séc. IV) no período Patrístico, que reviveu o *bellum justum*. São Basílio, entretanto, insistiu que a guerra, qualquer que seja o seu fundamento, é um ato de injustiça e recusa a comunhão com quem tenha suas mãos manchadas de sangue. Santo Ambrosio preleciona sobre duas formas de pecar contra a injustiça: a cometer um ato injusto, ou pela omissão de defesa de uma vítima a uma injustiça ou pela não punição aos autores da mesma.

Tradicionalmente quanto à guerra justa, existem três posições concernentes à guerra no passado da Igreja: (a) Ativismo; (b) Pacifismo; (c) Seletivismo.⁸³

O ativismo é uma abordagem que todas as guerras são permissíveis. Reflete a posição de que existe uma submissão, sujeição de tudo e todos pertencentes ao Estado, ao magistrado civil, (alguma vezes espiritual) independente de sua posição.

⁸¹ Ibid. p.63.

⁸² MELLO, Celso D. de Albulquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. 14. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. v.2. p.1489.

⁸³ SPROUL, R.C. **Discípulos Hoje**. Tradução Gilberto Cury São Paulo, Ed. Cultura Cristã, 1998. p.257.

“Minha pátria, certa ou errada é minha pátria”. Essa abordagem indiscriminada tem pouco a ver com a ética bíblica porém é utilizada por várias pessoas e líderes.⁸⁴

O pacifismo diz que todas as guerras são erradas, todo humano envolvido está cometendo um erro. Essa visão impossibilita que o cristão se envolva em guerras de qualquer tipo. O pacifismo argumenta que Cristo deu clara proibição de construir seu Reino através da espada. Os pacifistas transferem essa idéia à esfera governamental. Alguns dividem esse raciocínio e afirmam que o Estado possui o poder da espada, mas o cristão não deve participar das funções de âmbito do Estado. As questões levantadas imediatamente são: e se o Estado escolher um cristão para essa função? Se Deus ordena que os Estados sustentem a espada, pode um cristão negar-se a cumprir essa função? Deus exige que sejamos sujeitos aos governantes?(Não vamos responder essas perguntas pois são matérias de teologia cristã e não matérias de guerra em si.)⁸⁵

A terceira é o seletivismo, a qual se argumenta que algumas guerras são justificáveis. Dentro desse contexto é que apareceu a base da guerra justa na Historia Cristã, argumentando-se que todas as guerras são erradas, porém nem todo envolvimento em guerras é errado. É preciso avaliar as causas justas, se é que existem.⁸⁶

Seguindo uma linha judaica, “Santo Agostinho anunciou que toda guerra era um fenômeno lamentável, mas que os erros provocados pelas mãos do adversário impunham a necessidade de se promover a guerra justa.”⁸⁷ Ele também admitiu que a guerra seria justa quando houvesse uma justa causa e visasse reparar um ato ilícito.

São Tomas de Aquino fortaleceu essa corrente e a *bellum justum* passou a integrar a doutrina oficial da Teologia Moral da Igreja Católica, segunda a qual a guerra justa poderia ser sustentada desde que satisfizesse três condições: (1) causa justa, a guerra baseada em uma causa justa, definida em termos éticos;(2) *auctoritas principis*, a guerra formalmente declarada pela autoridade competente. Sempre se referindo ao príncipe cristão, *orbis christianorum*, ou seja, às relações entre príncipes

⁸⁴ Ibid.

⁸⁵ Ibid.pp.257-258.

⁸⁶ Ibid.p.258.

cristãos, os príncipes infiéis não mereciam quaisquer restrições. Sendo assim, qualquer guerra contra eles seria justa; (3) *intentio recta*, a guerra sob ponto de vista objetivo, com intenção correta para promover o bem e evitar o mal.⁸⁸

A guerra considerada justa pelos cristãos, historicamente, teve o poder de legitimar atos que, de outra forma, seriam atos criminosos, mediante a valoração, entre príncipe, comum e pagão; embora seus atos fossem os mesmos.

Todo o conceito de guerra aos pagãos como guerra justa foi contextualizado ao cristianismo, através de um movimento de expansionista, constituinte do Fardo do Homem Branco. O contexto era que o homem branco se tornaria responsável por civilizar o mundo perdido ou o mundo dos pagãos. Através de três versículos isolados do evangelho de Mateus⁸⁹, em que os apóstolos receberam um mandamento de Jesus para irem e pregarem o evangelho, fazendo discípulos em todas as Nações, os cristãos passaram acreditar que a guerra seria um meio no qual esse mandamento poderia ser cumprido. Obrigar os infiéis a se submeterem ao cristianismo através de uma nova ordem seria obedecer à voz de Deus e predestinação do homem branco. Clausewitz deduz que “a guerra é uma ato de violência destinado a obrigar o adversário a realizar a nossa vontade”⁹⁰, é um meio para se atingir um objetivo, nunca é o fim em si. Através do pensamento de Clausewitz podemos concluir que nesse contexto histórico existia uma procura para justificar o uso da força dos homens brancos e obrigar o mundo a se submeter à sua vontade e a sua religião.

A idéia de guerra justa tem grande influência na unificação dos Estados, como uma forma de centralizar o uso da força no príncipe. Com a formalização do poderio do príncipe, todo particular ofendido passou a recorrer ao soberano, em busca da reparação de justiça. A guerra tornou-se coisa pública.

Contudo a formalização da teoria de guerra justa em padrões jurídicos deveu-se ao teólogo dominicano, Francisco de Vitória (1486-1546). Ele lidou com o problema da guerra entre seu país e os índios nativos. Ele rejeitou a premissa que

⁸⁷ DINSTEIN, Yoram. **Guerra, agressão e legítima defesa**. Tradução Mauro Raposo de Mello. 3 ed. São Paulo, Manole, 2001. p.89.

⁸⁸ Ibid. p.89.

⁸⁹ **Bíblia Sagrada**. Mateus 29:18-20

⁹⁰ CLAUSEWITZ. Apud. ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Trad. De Sergio Bath. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p.69.

os índios estavam alçados da lei e privados de direito. Seria preciso que uma manifestação de guerra contra os índios também fosse considerada justa.⁹¹

Ele afirma, então, que os povos das Américas violaram direitos dos hispânicos de circular livremente e propagar o evangelho nas colônias, resultando em uma justificativa justa para guerra. Porém também admitia ser justa a reação dos índios contra seus conquistadores que invadiam suas terras.⁹²

Francisco de Vitória introduziu um pensamento novo ao contexto de guerra: “Haveria regras superiores ao poder dos reis, mesmo que fossem ungidos por um direito divino reservado a eles, e tal superioridade seria resultante do fato de estarem elas inscritas na natureza humana, das quais se destacava o direito dos índios americanos à vida e à liberdade.”⁹³

Essa formulação de guerra justa abrigou espaço para um direito internacional. Agora não somente os cristãos poderiam guerrear, mas também os infiéis que tivessem seus direitos à vida e liberdade violados. Essa formulação jurídica transformou os dogmas da Igreja católica que estavam ligados diretamente com a justificativa de guerra em princípios inerentes ao ser humano.

Esse autor parte de um pressuposto que toda guerra pode ser justa para ambos os lados, mesmo existindo um caráter objetivo da guerra. Ambas as partes envolvidas, mesmo que uma delas esteja errada, agindo em ignorância, ela pode estar agindo de boa-fé e possui justificativa subjetiva. Morgenthau, no livro *Política entre as Nações*, também compartilha da visão de que não existe a causa única, essa seria somente mais uma causa justa entre várias outras.

Como consequência ao antagonismo das causas, cada uma das partes possui legitimidade para agir, assim como nos ordenamentos internos, sempre que um sujeito se sente ameaçado ou perde um direito, ele é considerado apto a pelear pela sua causa justa. Ou seja, causas contraditórias podem ser igualmente certas. E um Estado que se sinta injustiçado pode ir à guerra por vontade própria, desde que tenha uma justificativa plausível. Todavia, a guerra precisa ser uma manifestação

⁹¹ SOARES, Guido Fernando Silva. Legitimidade de uma guerra preventiva, em pleno 2003? **Política Externa**:EUA e a Ordem Mundial: uma nova doutrina. São Paulo, v.12, n.1, jun/jul/ago, 2003. p.9.

⁹² VITÓRIA. Apud. HUCK, Marcelo Herme. **Da guerra justa à guerra econômica**: uma revisão sobre o uso da força em direito internacional. São Paulo; Saraiva, 1996. p.30.

para se reparar um direito de grande importância e deve haver uma proporcionalidade entre o castigo e violação do direito.⁹⁴

Entretanto, muitas vezes, um Estado utiliza qualquer justificativa política para articular uma guerra. Não raras são às vezes que detectar de que lado estava o bem e o mal, concedendo o benefício da dúvida, acabamos considerando muitas guerras justas para ambos os lados. Segundo Vitório, não há qualquer polêmica quanto à justiça de uma guerra de defesa, pois cada indivíduo possui o direito natural de defesa ou em ajuda ao próximo.

A idéia de Francisco de Vitória foi continuada por Francisco de Suarez (1546-1617), jesuíta. Através de sua obra, os conceitos de Vitória foram ampliados com uma argumentação “filosófica em forma de um direito natural que justificaria a existência de uma divisão de guerra justa e guerra proibida pelo direito internacional”⁹⁵. Suarez adicionou a necessidade de um *ultima ratio*, “uma violação de um direito deveria ser constado que não haveria qualquer forma de reparação, além da guerra.”⁹⁶ A guerra seria a última instância de reaver os direitos. Sua dúvida básica era se haveria possibilidade de causas justas de quem houvesse feito a violação da caridade cristã. Segundo ele, a vontade de Deus não poderia ser divisível. Sendo assim, Deus não estaria aprovando os dois lados em uma guerra. Ele acreditava que poderia haver um combate onde os dois combatentes não teriam uma causa justa, e onde ambos não são justos, há violação da caridade.⁹⁷ A finalidade da guerra seria restaurar o direito violado, punir os culpados e assegurar a paz.

No século XVI, com a revolução espiritual da sociedade européia, a Reforma Protestante conseguiu o rompimento com a Igreja Católica. Recordamos que, até esse momento, a História tinha o príncipe como único cidadão portador de direito para se fazer a guerra e, em algumas regiões, os príncipes eram os próprios sacerdotes da Igreja católica. Um exemplo seria o Papa Alexandre VI (Rodrigo

⁹³ SOARES, Guido Fernando Silva. Legitimidade de uma guerra preventiva, em pleno 2003? **Política Externa:** EUA e a Ordem Mundial: uma nova doutrina. São Paulo, v.12, n.1, jun/jul/ago, 2003, pp.8-9.

⁹⁴ Ibid.

⁹⁵ Ibid.p.9

⁹⁶ Ibid.

⁹⁷ Apud. HUCK, Marcelo Herme. **Da guerra justa à guerra econômica:** uma revisão sobre o uso da força em direito internacional. São Paulo: Saraiva, 1996. p.45.

Bórgia, 1492-1503), a quem Maquiavel, no *O príncipe*, capítulo XXI, respalda que esse Papa possuía mais poder que muitos príncipes monarcas. Entretanto, muito rapidamente, a História demonstrou ser inviável a proposta de sacerdotes serem governantes. Através do fortalecimento da burguesia e dos poderes públicos, a divisão entre Igreja e Estado começou a ocorrer, e, mais tarde, com a Paz de Vestfália, em 1648, haveria a separação absoluta entre Estado e poder espiritual.

No século XVI, o protestante, Alberico Gentili, um pensador livre das tradições católicas, passou a trabalhar o assunto de *jure belli*, retirando a guerra do campo religioso trazendo-a para jurídico. Mesmo que sujeitando a guerra ao direito, ele aplicou a ética protestante ao assunto. Segundo ele, os Estados como regra de solidariedade deveriam ajudar outras nações, vinculadas por laços de sangue, raça ou religião. Os Estados, com vínculos, têm o dever de assistir um ao outro, além dos pactos formais, quando um aliado for injustamente violado.⁹⁸

Dentre os autores que vimos, não há consenso entre o que seria guerra justa. Segundo S. Agostinho, a justiça é uma questão subjetiva e possui um caráter vingativo. Vitória se caracteriza por objetividade, a guerra declara visto à violação de um direito, ou seja, é uma resposta à própria injustiça.

O tempo mostra que, nas guerras, avaliando perdedores e vencedores, pouco se tem a ver com o conceito de justiça. A utilização da força depende exclusivamente de um soberano que elimina a vingança privada e passa a usar do Estado como uma forma de prevalecer os objetivos políticos dos mais fortes. No nível internacional, um Estado mais forte vence independente se ele mesmo gerou a injustiça ou iniquidade. As intenções da Igreja ao abençoar um cavaleiro, lembrando que cavaleiros são os nobres príncipes, marcaram a história de sangue. Entretanto, a consagração e divisão da Igreja e do Estado também provocaram inúmeras guerras. O Estado passou a ser a juiz das ações, declarou a justiça segundo suas intenções políticas.

Clausewitz, quando afirma que as guerras são a continuação da política por outros meios, consegue trazer às nossas mentes, o porquê dos judeus não terem exterminado os povos de Canaã. Provavelmente, aquelas guerras se tornaram

⁹⁸ Ibid.

“limitadas”, utilizando-se do próprio conceito de Clausewitz, por causa das políticas dos judeus. Um exemplo seria o acordo entre os gibeonitas e os judeus.⁹⁹

Da mesma forma, no presente, a religião preponderante do ocidente, o cristianismo é preso aos laços estatais, até o momento, e apesar da divisão entre Estado e Igreja, sugerida por Maquiavel, a Igreja ainda se encontra como um instrumento político para justificar as guerras. Principalmente pelos príncipes soberanos, no capítulo XVIII, de *O Príncipe*, Maquiavel afirma: “Nada lhe é mais indispensável que dar-se ares de religioso. Os homens, em geral, julgam mais com os olhos do que com as mãos, porque todos vêem e poucos tocam... Faça o príncipe o que esteja a seu alcance para vencer e conservar o seu poder: os meios serão sempre considerados honrosos e louvados por todos, pois o vulgo se atém apenas às aparências e aos resultados.”

As causas relacionadas com as guerras são normalmente os relacionamentos de poder. O prestígio do governante para obter legitimidade torna-se indispensável à inclusão das religiões no seu governo.

A diferença do Estado que possui um líder religioso e do Estado que não possui um líder religioso, seria que o religioso seria formado de discípulos e o secular de servos. Os discípulos amam e obedecem a seu líder, muito mais por admiração e reconhecimento do seu valor do que por obrigação jurídica, e, às vezes, esses discípulos possuem uma convicção tão alta dos seus ideais que entregam a vida pelo líder.

3. A FORMAÇÃO DO ESTADO AMERICANO

A formação histórica do Estado americano é muito parecida com a formação de Israel na época de Josué e, atualmente, se assemelha muito com o Império Romano, na época de Constantino. A civilização americana desde a sua formação pode se enxergar como “*a Citty upon a Hill*”, ou seja, uma cidade separada por Deus, como Sião em cima do monte, capaz de resistir a qualquer ameaça. *King of the Hill* é uma brincadeira americana, onde crianças lutam por um morrinho, ou até

⁹⁹ **Bíblia Sagrada.** Josué 9.

um brinquedo de parquinho, quando um dos garotos chega ao topo do brinquedo. Tendo ele uma posição privilegiada, derruba as demais crianças até que seja derrubado e perca seu posto de “rei do morro” para uma nova criança. Esse mesmo papel é exercido pelos Estados Unidos no cenário global, quando está na posição de maior nação, pois acredita que possui a obrigação de determinar quem deve ou não deve compartilhar com o seu poderio. É ele que determina quem e o que é correto. Partindo dessa visão de uma luta de crianças pelo poder, visualizamos a política hegemônica (ou imperialista) americana. Mas as raízes dessa política são históricas e faz-se necessário analisar a história americana para conhecermos a essência dessa forma de enxergar a si mesmo e ao mundo. Vê-se que essa postura americana se traduz em uma frase de Platão: “os bens do mais débil e menos vigilante eram propriedade do melhor e mais forte.”¹⁰⁰

3.1 O surgimento dos Estados Unidos

No período da colonização americana, na sua maioria, os colonos eram imigrantes ingleses que fugiam das perseguições políticas e religiosas em seu país de origem. Buscavam a promessa de se estabelecerem em uma terra onde houvesse liberdade religiosa. Os puritanos, como eram chamados, assim como os israelitas do período de Moisés/Josué, fugiram da opressão para se firmarem em uma nova terra. A similaridade dos patriarcas americanos com os patriarcas hebreus não se limita ao fato de serem povos perseguidos. A crença de que eles eram um povo escolhido em uma nova aliança, assim como os hebreus se consideravam escolhidos por Deus, tomou conta do imaginário americano. A vitória, na Guerra de Independência, transformou ainda mais a auto-imagem americana de que eles, os americanos, seriam o novo Israel, povo santo (separado), em uma terra santa e prometida a seus patriarcas, um povo escolhido por Deus para levar redenção ao mundo assim como os judeus primitivos.¹⁰¹ Walter McDougall declarou: “A evidência

¹⁰⁰ MARTINS, Luciano. O fundamentalismo de Bush e a ordem mundial. **Política Externa: EUA e a Ordem Mundial: uma nova doutrina**. São Paulo, v.12, n.1, jun/jul/ago, 2003. p.37.

¹⁰¹ HORSLEY, Richard A. **Jesus e o império: O reino de Deus e a nova desordem mundial**. São Paulo: Paulus 2004. p.141.

de que os colonos americanos acreditavam que a América[EUA] era a terra prometida é tão abundante quanto trivial [banal]”¹⁰²

Assim como os hebreus primitivos ao entrarem em Canaã, os Estados Unidos não tiveram escrúpulos em dizimar os habitantes originários do novo mundo. Ao que tudo indica, os Estados Unidos foram até mais severos com os indígenas do que Israel com os “sete povos.” Não há qualquer indício de guerras limitadas contra esses nativos americanos. O novo Israel expulsaria para o oeste, realizaria uma limpeza étnica, porém considerada messiânica. Lembramos que o povo judeu se considerava escolhido por Deus para trazer justiça àqueles povos pagãos que habitavam em Canaã, de acordo com a doutrina bíblica. Os índios americanos também eram considerados “selvagens” e “pagãos” e seriam necessariamente exterminados da mesma forma pelo novo Israel, para se evitar qualquer forma de obra maligna efetuada pelos mesmos. O líder puritano Reverendo Cotton Mather afirmou; “tudo é diabólico entre eles”. Segundo o historiador norte-americano Peter Maguire: “Na guerra contra pagãos, não havia limites, não se fazia prisioneiros.”¹⁰³

As gerações européias anteriores invocavam a autoridade divina para justificar seus atos expansionistas, como por exemplo nas Cruzadas. Os Estados Unidos, como modelo político, encontrou-se com a mesma necessidade de justificar seus atos expansionistas. Como justificar a matança dos índios? Peter Maguire afirmou que a guerra na Europa possuía limites somente entre cristãos: “Quando ‘outros’ invasores como os nórdicos e muçulmanos atacavam [...], a única lei de guerra era a sobrevivência.”¹⁰⁴ Ou seja, assim como na Europa, no período das Cruzadas, os inimigos eram considerados “pagãos”, os americanos passaram a considerar os povos indígenas da mesma forma. Dentro da mesma visão, o ataque a esses povos indígenas passou a ser justificável.

Da mesma forma que os líderes cristãos medievais, os EUA, para proteger e disseminar a sua fé pacífica e o ideal de liberdade, tiveram que encontrar razões

¹⁰² MAGUIRE, Peter. **Law and War**: an american story. NY: Columbia University Press, 2000. p.20.

¹⁰³ Ibid.p.19.

¹⁰⁴ Ibid.

justificáveis para o uso da força. A Declaração de Independência Americana de 1776 declara: “ Nós temos por testemunho as seguintes verdades: todos os homens são iguais; foram aquinhoados pelo seu Criador com certos direitos inalienáveis e entre esses direitos se encontram o da vida, da liberdade e da busca da felicidade [...] e estabelecer um novo governo, fundando-o sobre os princípios e sobre a forma que lhe pareça a mais própria para garantir a segurança e a felicidade.”¹⁰⁵

Porém Peter Maguire declarou que, na América, só havia liberdade para alguns, e isso se tornou algo consistente na visão de Thomas Jefferson. Segundo o autor, o primeiro período dos americanos como uma nação foi de pacificação da fronteira oeste e, para isso, foi preciso o uso da brutalidade.¹⁰⁶ O segundo presidente americano, John Adams, descreveu os inimigos indígenas: “Os índios são conhecidos por sua conduta em guerra , sem qualquer princípio de fé ou de humanidade, que os conduzirá à condenação eterna[...] deixar esses cachorros sanguinários escalar homens, chacinar mulheres e crianças é horrendo.”¹⁰⁷ Porém segundo o livro de Peter Maguire, eles estariam guerreando na forma mais honrável de todas, a auto-defesa contra um invasor.

Uma das estratégias dos patriarcas americanos era negar a humanidade, a personalidade jurídica dos indígenas, para que pudessem eliminar todo direito positivado e, até mesmo, o direito natural. Por essas razões ao contrário do nobre príncipe europeu , os nativos americanos eram: “‘criminosos de guerra’, ‘bárbaros’, ‘pagãos’, ‘selvagens’ e não se qualificariam como iguais na arena da ‘guerra civilizada.’”¹⁰⁸

O presidente Thomas Jefferson questionado pelo embaixador britânico George Hammond, em 1792 ,sobre quais seriam os direitos dos EUA ao solo indígena, respondeu: “ Não possuímos direito algum.” O embaixador expôs que os britânicos acreditavam que o plano americano era de exterminar e tomar todas as terras indígenas. Jefferson respondeu defensivamente: “Pelo contrario, nosso

¹⁰⁵ SENISE, Maria Helena Valente; PAZZINATO, Alceu Luiz. **Historia Moderna e Contemporânea**. 4.ed. São Paulo: Atica, 1993. p.114.

¹⁰⁶ MAGUIRE, Peter. **Law and War: an american story**. NY: Columbia University Press, 2000. p. 20.

¹⁰⁷ Ibid. p. 21.

¹⁰⁸ Ibid.p.20.

sistema é para proteção dos indígenas, mesmo contra nossos próprios cidadãos: nosso desejo é estabelecer contato com todos eles, e não temos qualquer intuito de comprar suas terras.”¹⁰⁹

Todavia a história nos conta outra versão de suas palavras. Segundo Jefferson, o que foi feito deveria ser feito com urgência, pois a crise era iminente. Sabe-se que toda tribo que não se submeteu aos EUA foi severamente punida. Jefferson ocupou e exterminou grande parte da população nativa americana. Ele declarou após sua missão: “Finalmente consolidamos um país inteiro em uma só nação”¹¹⁰

Anteriormente ao patriarca Thomas Jefferson, George Washington, o primeiro presidente americano, já havia se declarado quanto ao assunto indígena. Ele afirmou para um dos seus generais: “De nenhuma maneira você deve escutar qualquer proposta de paz antes que as totalidades de seus redutos sejam totalmente destruídos.”¹¹¹ Washington afirmara que o futuro da segurança americana necessitava dessas ações: “O futuro de nossa segurança está na impossibilidade de nos ferirem.”¹¹²

Richard Nixon, republicano, presidente americano durante a guerra do Vietnam, que sofreu impeachment, considerado por alguns o presidente mais corrupto norte americano de todos os tempos, principalmente pelos escândalos de Watergate, escreveu um livro sobre política externa americana e começa o livro com uma citação do General mais vitorioso da História americana, Gen. MacArthur, líder das forças no Pacífico durante a Segunda Guerra e da Guerra à Coréia: “A História de perdas em guerras se resume em duas palavras: tarde demais.”¹¹³ Nixon acredita que um presidente não pode demorar a notar uma ameaça ao seu país. Essa é a visão preponderante no pensamento político dos republicanos.

¹⁰⁹ Ibid. pp.22-23.

¹¹⁰ Ibid. p.23.

¹¹¹ Ibid. p.22.

¹¹² Ibid. p.23.

¹¹³ NIXON, Richard. **The real war**. NY:Warner Book, 1980. p.1.

Todavia, é a falta de escrúpulos do Estado americano a respeito dos indígenas que põe em questão uma contradição americana. Dentre os países do Novo Mundo, todos, sem exceção, estão enraizados na chacina de nativos e exploração de escravos. A discordância entre discurso e prática norte-americana se ressaltava no momento que viola as normas internacionais, onde ele torna contraditório: um agressivo império e, ao mesmo tempo, advogado dos oprimidos. A política americana se contradiz no momento em que promove valores democráticos para justificar sua expansão imperialista. Como essa ideologia cristã e igualitária pode ser um instrumento de morte? Suas obras não condizem com suas palavras! Na verdade é a utilização da religião manipulada pelo interesse.

Observa-se que mesmo admitindo-se a crença messiânica americana, comparando-se à Israel, a versão de direito de guerra contra os “sete povos” já teria sido prescrita. A respeito dessa superioridade, Peter Maguire escreveu: “ Tudo isso foi justificado com a doutrina caseira de superioridade, berço da ideologia política messiânica do Destino Manifesto.”¹¹⁴ A respeito da política internacional americana, Maguire afirma que depois da consolidação do Estado Americano, a política internacional passou a uma nova fase: “ ...em 1898, a política externa americana caminhou para um novo e inexplorado território. Uma coisa é justificar atrocidades à custa de conceitos caseiros de inferioridades, entretanto justificativas similares não funcionariam no cenário global.”¹¹⁵

Tendo em vista a ineficácia dessa política americana no cenário global, a utilização da ideologia de superioridade passou a ser substituída pelo direito internacional e onde a ideologia falhou, “a lei os serviria.”¹¹⁶ Esses dois aspectos: a ideologia do novo Israel e o recém-formado “Destino Manifesto” incumbiram aos Estados Unidos uma missão histórica, como “a nova Roma, destinada a levar a civilização e a ordem ao mundo inteiro. O que mais impressiona são as muitas formas pelas quais a história dos Estados Unidos se assemelha e repete a história

¹¹⁴ MAGUIRE, Peter. **Law and War**: an american story. NY: Columbia University Press, 2000. p.8.

¹¹⁵ Ibid.

¹¹⁶ Ibid.

de Roma como uma república que criou e governou um império.”¹¹⁷ O teólogo Horsley afirma que os EUA foi um império desde a fundação:

Os Estados Unidos, como a nova Roma, foram concebidos desde o começo como império, não apenas como república. Alguns “pais fundadores” sentiam-se constrangidos com relação a um império territorial associado à tirania e ao militarismo imperial. Para uma república de soberania popular, porém, a expansão num vasto império seria uma benção, um modo de evitar a corrupção da virtude republicana. Historicamente, sem dúvida, foi a República Romana que construiu o império em sua conquista inexorável do mundo mediterrâneo antigo. Da mesma forma, julgando-se benigna ao propagar o reino da lei e da civilização, a República Americana apossou-se de grande parte de continente norte-americano.”¹¹⁸

Essa evolução imperialista surgiu no berço da identidade americana: a República Americana seguia os caminhos romanos, principalmente a Roma de Constantino. Segundo a ideologia do “Destino Manifesto”, os EUA consideravam o cenário global e histórico como: “O mundo do nosso império, para o mundo das nossas leis [...] a civilização foi sempre impulsionada por um único povo dominante e a sucessão histórica se processou num movimento para o oeste.”¹¹⁹

O “destino manifesto” foi um instrumento da política americana para impedir a intervenção européia nas Américas, dando o direito de expansão do próprio continente americano e para justificar intervenções nas Américas para “preservar a democracia” e a “ordem”. A Doutrina Monroe, também conhecida como *big stick*, em 1904, é resultado desse manifesto e justificava expansionismo, a anexação do Texas, do Oregon, Novo México e da Califórnia.¹²⁰ É resultado dessa expansão a base naval de Guantánamo em Cuba, base que, no momento, é usada como campo de concentração dos “suspeitos” de envolvimento na atentado de 11 de setembro.

¹¹⁷ HORSLEY, Richard A. **Jesus e o império: O reino de Deus e a nova desordem mundial**. São Paulo: Paulus 2004. p.140.

¹¹⁸ Ibid. p.141.

¹¹⁹ Ibid. p.142.

¹²⁰ SENISE, Maria Helena Valente; PAZZINATO, Alceu Luiz. **Historia Moderna e Contemporânea**. 4.ed. São Paulo: Atica, 1993. p. 209.

No livro *Jesus e o Império* de Hosley, o autor cita uma visão do futuro de um ex-congressista americano, que vislumbrou o futuro assustador da sociedade americana:

“Contemplado esse futuro, vemos nossas esquadras cobrindo todos os mares; nossas guarnições ocupam os centros de comércio mais importantes; um imenso exército em prontidão defende nossos bens; nossos comerciantes se tornaram mais ricos; nossos demagogos os mais poderosos e nosso povo o mais corrupto e influenciável do mundo.”¹²¹

3.2 A separação do Estado e da Igreja

Na concepção americana de Igreja e Estado ambos são distintos e não podem caminhar no mesmo passo. Há a separação de Deus e de César, contemplando a visão de vida política de um lado e a vida religiosa do outro. Essa divisão pode ser atribuída a três razões: (a) pelos pensamentos de Maquiavel e Hobbes que defendiam o Poder comum; (b) pela observação da infiltração do paganismo no Império Romano. Os americanos queriam que sua religião fosse mantida limpa de paganismo, obviamente o Império Romano a se vincular com culturas de outros povos, acabou englobando partes dessas culturas pagãs. Segundo os reformistas isso contaminou a Igreja; (c) A terceira é de que, separando a religião do Estado, seria bem provável que a liberdade religiosa continuasse. Roger Willian, filósofo americano, em uma parábola de 1655, traduz pensamento da separação do Estado e da Igreja:

“Parte um navio para o mar, com muitas centenas de almas, cujo bem-estar ou desventura é comum e é um retrato verdadeiro de uma comunidade ou sociedade ou combinação humana. Algumas vezes acontece que tanto papistas quanto protestantes, judeus ou turcos embarquem num mesmo navio; sobre tal suposição afirmo que toda a liberdade de consciência, que sempre pleiteie, gire sobre duas dobradiças: que nenhum papista,

¹²¹ _____ Apud. HORSLEY. Richard A . **Jesus e o império**:O reino de Deus e a nova desordem mundial. Paulus 2004.p.142.

protestantes, judeus ou turcos seja forçado a comparecer às orações ou adorações realizadas no navio nem compelido às suas próprias orações ou adorações particulares, se praticam alguma. Acrescento ainda que nunca neguei que, não obstante essa liberdade, o comandante desse navio deveria comandar apenas o curso do navio, sim, e também comandar apenas o curso do navio, sim, e também comandar que justiça, paz e sobriedade sejam mantidas e praticadas, tanto entre os marinheiros quanto entre os passageiros. Se qualquer marinheiro se recusar a realizar seus serviços ou o passageiro de pagar sua passagem, se alguém se recusar de ajudar, seja pessoalmente ou em dinheiro, os encargos comuns ou de defesa; se alguém recusar obedecer as leis e ordens comuns do navio relativas à paz e preservação comuns; se alguém se amotinar e se rebelar contra seus comandantes e oficiais; se alguém falar ou escrever que não deveria haver nem comandantes nem oficiais, porque todos são iguais em Cristo, portanto não há mestres nem oficiais, nem leis nem ordens, nem correções ou punições--- digo , nunca neguei, apenas em tais casos, o que seja pretendido, o comandante ou comandantes podem julgar, resistir, compelir e punir tais transgressões, de acordo com seus méritos ou deméritos. Isso, se séria e honestamente lembrando, pode, se assim agradar ao Pai das luzes, iluminar um pouco àqueles que de boa vontade não fecharam os olhos.”¹²²

Roger Williams, na verdade, defendia um ideal de que a Igreja era apenas mais uma instituição civil em igualdade com as demais, sob a proteção do Estado: “uma uniformidade forçada de Religião por toda a Nação ou estado civil confunde o Civil com o Religioso, nega os princípios de cristandade e civilidade que Jesus Cristo encarnou.”¹²³ Segundo os ideais de Williams, a Igreja e seus interesses podem ser frustrados pelo Estado, mas jamais promovidos. Distingue e afasta Estado e Igreja.¹²⁴

Na concepção americana, Jesus, nas questões políticas, é apenas um ético. A sua religião é desvinculada da política secular, sendo assim a sua autoridade é religiosa. Seus princípios podem ser utilizados pela política, porém são meramente

¹²² PUGLIESI, Márcio; COSTA, Wagner V. **Filosofia Americana**:uma introdução.Tradução. Sílvia Sarzana. In: Roger Williams. São Paulo: WVC, 2001. p.16.

¹²³ Ibid. p.13.

princípios morais. Não possuem qualquer autoridade divina sobre os cidadãos. A verdadeira autoridade é a autoridade do governo; a submissão às normas bíblicas é uma questão individual e opcional. Somente as normas jurídicas do governo são obrigatórias.¹²⁵

Essa concepção é principalmente fundada nas teorias de Hobbes e de Maquiavel. Retrata especialmente a conveniência de se utilizar o nome de Deus, para alcançar a vontade do Estado. Maquiavel afirma que o príncipe deve ter bons princípios, porém quando necessário para manter o poder, deve saber ser cruel. Hobbes afirma que qualquer questão relacionada à natureza ética ou a questões bíblicas, o Estado é o único que pode determinar o que é justo ou não é justo. Isso torna conveniente para a pretensão secular do Estado americano. Maquiavel apresenta a política desvinculada da religião e da moralidade. Segundo ele, o mundo político é amoral, e, conseqüentemente, os princípios de Cristo são meros parâmetros dispensáveis a qualquer momento.

Se não há autoridade de Cristo na política, não há nenhuma autoridade cristã capaz de determinar o que é imoral ou não pelo Estado. A Soberania do político e do governo é total, cabendo fazer a sua livre vontade para obviamente manter-se no poder.

Na constituição americana, a Igreja e o Estado ficaram totalmente separados. A Igreja como instituição, nesse presente momento, se encontra vazia e marginalizada na sociedade americana, porém a Nação ainda se considera o novo Israel. Essa dimensão de separação da Igreja e Estado retirou a força da autoridade eclesiástica e divina do país, mas introduziu um caráter totalmente religioso no “destino manifesto”.

Horsley afirma que: “Essa dimensão religiosa do nacionalismo imperial americano opera com eficácia ainda maior porque é definida e compreendida como

¹²⁴ Ibid.p.19.

¹²⁵ HORSLEY, Richard A . **Jesus e o império**:O reino de Deus e a nova desordem mundial.São Paulo: Paulus 2004. p.152.

secular na ideologia liberal americana oficial.”¹²⁶ Por isso, não se confunde com religião em si. O cristianismo americano, em certo ponto, é apenas um conservadorismo de valores, distintos da autoridade eclesiástica, e da autoridade bíblica. Alguns indagam como o imperialismo americano pode ser tão religioso. Pode-se fazer um paralelo histórico do divino Império Romano cristão contra o restante do mundo pagão. O império que lutou contra o “mal ateu” (guerra fria) e contra o “eixo do mal” (guerra ao terror). Isso indica a ideologia e tradição americana, muito mais do que a religião. Atinge os tradicionais religiosos, mas, também, não deixa de influenciar os liberais. A nação americana é muito mais materialista e armamentista do que religiosa.

O EUA está muito mais preso ¹²⁷à tradição e à moralidade do que à ética religiosa. Cabe aqui distinguir ética de moral. Ética é o que “deve ser”, enquanto a moral é o que “é”. Ética vem do grego “ethos”, derivada de “estábulo”, morada, lugar permanente e estável. Enquanto moralidade vem da palavra “more”, significa e descreve padrões da sociedade. Ética é normativa e define fundamentos principais baseados na Filosofia e no conhecimento culto. A moral descreve o que as pessoas fazem no geral. A ética promove o “dever ser”, ou o que se deve fazer. A moral parte do pressuposto de ser aceitável, pois assim é: as pessoas agem de uma determinada forma, sendo o comportamento repetido considerado normal. Sendo algo normal, passamos a crer que esse é aceitável e bom. Se todos fazem, essa é a vontade geral. A questão é que o moral depende somente da vontade do público em geral, enquanto a ética é algo supremo e imutável. O cristianismo americano não se prende à ética de Cristo, mas a padrões morais. À medida que a sociedade muda, esses padrões mudam, e torna a sociedade americana mais distante da crença religiosa original. Mas mesmo assim, todas ações por serem aprovadas por todos são vistas como justas e morais, independentemente das crenças originais.

¹²⁶ HORSLEY, Richard A. . **Jesus e o império**:O reino de Deus e a nova desordem mundial. São Paulo:Paulus 2004. p.151.

¹²⁷ SPROUL, R C. **Discípulos Hoje**. Tradução Gilberto Cury. São Paulo: Cultura Cristã, 1998. p.209.

4. DOUTRINA BUSH

Poucos presidentes no mundo foram tão diretamente religiosos em sua política como George Bush (Filho). A linguagem de fé nunca deixou de estar presente nos símbolos americanos; cada dólar americano possui essa frase: "*In God we trust*"¹²⁸. "*One nation under God*"¹²⁹ está presente no juramento à bandeira, em todas as escolas norte-americanas. Todavia, nenhum presidente tem sido tão enfático quanto a realmente seguir essa simbologia. Nas reuniões da Casa Branca, Bush começa todas com uma oração. Funcionários são encorajados a lerem a Bíblia. Trechos bíblicos são transpostos e estão em discursos presidenciais. Essa linguagem religiosa descreve terroristas e é parte da ideologia do governo republicano.¹³⁰

Quais são as convicções pessoais que levaram o presidente a utilizar a sua crença como o centro da política norte-americana? Mas, afinal, quais são suas crenças? Para melhor análise, devemos considerar o seu próprio testemunho em que relata a tardia conversão ao cristianismo. Embora fosse criado em uma família evangélica, ao crescer Bush afastou-se da fé, tornando-se um empresário fracassado do ramo do petróleo e viciado em álcool. Bush disse em um dos seus discursos: "Não seria presidente hoje, se não tivesse parado de beber há 17 anos. E eu somente pude fazer isso com a graça de Deus."¹³¹

Segundo autores biográficos de Bush, ele tornou-se metodista por influência da esposa, mas ainda estava longe de uma conversão "genuína." O momento decisivo de sua conversão foi em uma caminhada com o evangelista Billy Graham, em uma praia, quando o famoso pregador perguntou: "Você está andando corretamente com Deus?"¹³² Desde então, buscando a comunhão com Deus, largou o vício e se tornou um cristão "renascido".

Isso porém irrita alguns, principalmente, por ser um cristão que é responsável por duas guerras em um mandato. Apontado, até mesmo, por praticantes da mesma

¹²⁸ Em Deus confiamos.

¹²⁹ Uma Nação subordinada a Deus

¹³⁰ AIITH, Márcio. **Bush coloca religião no centro da vida política**. Folha de São Paulo, Washigton, 23/03/2003 Disponível em: <<http://www.cacp.org.br/politica.htm>> Acesso 18/11/2004

¹³¹ Bush e sua fé. **Revista Graça/Show da Fé**, Rio de Janeiro, ano 4, n.55, fev.2004, p.26.

¹³² Ibid. p.27.

fé como uma espécie de “César moderno”, Bush acredita que a nação americana possui um chamado divino para contribuir com a humanidade: “Somos chamados para um papel único na História da humanidade.”¹³³

A maior crítica é relativa à separação da Igreja e do Estado, um dos princípios consagrados na Primeira Emenda¹³⁴ à Constituição americana. Bush, em seu governo, desviou recursos sociais de instituições seculares para instituições religiosas.

Durante o último debate presidencial, em 2 de novembro de 2004, Bush ligou a política externa americana à crença de que: “Deus quer que todos sejam livres. E isso tem sido parte da minha política externa.”¹³⁵ No penúltimo debate, quando perguntado se ele tinha consultado seu pai, quanto à decisão de invadir o Iraque, ele declarou: “Consultei um poder maior.” Ele enfatizou também nos debates que não pretende impor sua religião a ninguém. Em outra declaração ao povo americano, Bush novamente enfatizou sua convicção religiosa:

“Nós, americanos, temos fé em nós mesmos, mas não apenas em nós mesmos”, disse o presidente no qual prometeu combater os “homens do mal” espalhados pelo mundo. “Não afirmamos ter conhecimento de tudo o que a Providência nos reserva, mas podemos confiar nela, depositando nossa confiança no Deus amoroso que está por trás de toda a vida e de toda a História. Que Ele possa nos guiar agora, e que Deus continue a abençoar os Estados Unidos da América.”¹³⁶

Marcio Aith, correspondente da Folha de São Paulo, escreveu que: “Segundo a Casa Branca, as referências religiosas do presidente refletem seu próprio pensamento e visam energizar a fé da população, não a uma religião em especial.”¹³⁷

¹³³ Ibid. p.26.

¹³⁴ Amendment I: Congress shall make no law respecting an establishment of religion, or prohibiting the free exercise thereof; or abridging the freedom of speech, or of the press; or the right of the people peaceably to assemble, and to petition the government for a redress of grievances.

¹³⁵ REUTERS LIMITED. **Bush e Kerry levam fé à pauta de último debate.** Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/interna/0,,OI402879-EI1826,00.html>> Acesso em: 14/10/2004.

¹³⁶ AITH, Márcio. A nova doutrina americana. **Folha de São Paulo**, Washington, 23/03/2003
Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fofha/sinapse/ult1063u155.shtml>> Acesso 10/10/2004

¹³⁷ Ibid.

Segundo o rabino Daniel Lapin, Bush afastou a “epidemia da secularidade [...] Este é um país religioso. O conflito hoje não é entre fé concorrentes, mas entre as tradições judaica e cristã e a fé do liberalismo secular fundamentalista.”¹³⁸

Apesar de todos considerarem Bush extremamente religioso, ele não é o primeiro presidente a declarar sua fé. Nos EUA, 90% do povo acredita em Deus e 80% em milagres e isso obviamente reflete em religiosidade e valores religiosos no povo em geral. Entre os 43 presidentes americanos apenas dois consideravam-se livres pensadores. Dentre eles, Thomas Jefferson, que, mesmo assim, como vimos, utilizou-se do discurso político religioso.¹³⁹ Bush confirma a regra de presidentes religiosos nos EUA. Entretanto seus críticos dizem que transportar a religiosidade para guiar e beneficiar grupos políticos, com dinheiro, não é similar às políticas presidenciais do passado, e é nisso que Bush, realmente difere dos demais, principalmente por violar a primeira emenda da constituição americana.

Apesar de ser fortemente questionado por esses grupos, o presidente Bush é altamente admirado por religiosos conservadores. Quase toda mídia cristã americana trata Bush como uma provisão de Deus. Alguém que testifica a fé, encoraja a comunhão da nação com Deus, e se baseia em princípios tradicionais.

Os conservadores cristãos consideram Bush como um reflexo deles mesmos. Pregadores Billy Graham e Franklin Graham, dentre outros, que estavam freqüentemente se mobilizando contra as decisões dos governos passados, agora, finalmente, vêem, em Bush, alguém que pode trazer a fé cristã de volta à política, às escolas, às faculdades e à sociedade em geral: alguém que pode desvincular o governo do secularismo e conduzir a Nação a Deus. A guerra contra o terror solidificou sua batalha contra o mal. Franklin Graham que possui uma visão muito parecida com a de Bush, declarou que o Islã é “uma religião má e muita perversa.”¹⁴⁰ Apesar de Bush afirmar que a guerra não seria contra o Islã, fica clara a visão de que o sistema religioso do Islã, na visão desses conservadores, contribui para o mal. Cabe salientar que, no Oriente Médio, são poucos os governos desvinculados ao Islã, e que Saddam Hussein era um deles.

¹³⁸ Ibid.

¹³⁹ Ibid.

¹⁴⁰ Graham. Apud. MILBANK, Dana. Religious Right Finds Its Center In Oval Office. **Washington Post**, Washington, 24/12/2004. Page AO2

4.1 A ideologia do governo Bush

Parece que todos esses líderes conservadores, assim como Bush, acreditam ter um chamado de Deus para uma tarefa específica. A Coalizão Cristã (CHRISTIAN COALITION), uma espécie de bancada de políticos e líderes nacionais conservadores, mudou totalmente seu papel na política americana. Acabou Bush tornando-se o presidente da Coalizão. Segundo Ralph Reed, ex-presidente, comentando a presença de Bush na Casa Branca: “não estamos mais jogando pedras no prédio, pois estamos no prédio.” ¹⁴¹Esses líderes conservadores representam cerca de 19 milhões de cristãos conservadores¹⁴² nos EUA, esse numero é maior do que toda a comunidade negra país. São 19 milhões de pessoas que saíram de suas casas para votar, além dos cristãos não conservadores e da fatia conservadora judaica que, certamente, também votara em Bush, apesar de 45% de todos judeus se declararem democratas. Os judeus não representam tanto um fator importante e decisivo de voto, porém, nos aspectos financeiros e ideológicos, são os judeus indispensáveis na política norte-americana.

É provável que beneficiar financeiramente grupos cristãos seja inconstitucional. Mas, para Bush, é uma estratégia de aliança. Eles representam as convicções pessoais de Bush. São considerados irmãos de fé e aliados políticos. São unidos pela doutrina cristã comum. A tentativa de Bush considerar a união de pessoas do mesmo sexo inconstitucional, a proibição parcial da pesquisa de células-tronco, a guerra ao Iraque são exemplos dos valores tradicionais compartilhados por Bush e por esse grupo de conservadores. Essas questões que se tornaram questões cruciais na política republicana. Esse grupo que pode ser caracterizado com um grupo de pressão tanto legítima quanto fortalece o governo de Bush. Uma das estratégias de Bush para se fortalecer nas urnas foi realizar um plebiscito em 11 estados quanto ao assunto de casamento gay, no mesmo momento das eleições para presidente. Isso, com certeza, foi para que os cidadãos americanos e seus

¹⁴¹ Ibid.

¹⁴² Ibid.

representantes lembrarem de que ele defende os valores tradicionais nos EUA, ou seja, valores religiosos e nacionalistas.¹⁴³

A eleição ou escolha de Bush para presidente pela Suprema Corte permitiu que esses grupos de religiosos e (ou) políticos de direita que rodeavam a Casa Branca, afinal, chegassem ao poder. Alguns deles foram membros do governo na época de Bush (pai); outros são uma nova geração de conservadores no poder.

Duas vertentes de ideologias parecem ter-se juntado para produzir uma ideologia americana em comum. Primeiro, a do tradicionalismo religioso americano e, segundo, o tradicionalismo nacionalista americano. A primeira representa valores tradicionais americanos nos quais os religiosos pretendem trazer de volta a política americana. A segunda, através de valores nacionalistas, econômicos e de segurança, pretendem reafirmar os EUA como uma nação capaz de preservar seus valores, por convicções seja ideologicamente, militarmente ou economicamente.

A primeira é representada pelos *THECONS*¹⁴⁴ e a Coalizão Cristã. Essa é que parece explicar o caráter religioso e indica que delas partem essas expressões como: “cruzada”, “eixo do mal”, “missão”. Indicam os valores certo e errado das ações de Bush. Não se deve considerar que sejam manipuladores de Bush, mas que compartilham de seus valores e vice-versa.

A segunda vertente é representada pelos *NEOCONS*¹⁴⁵. São articuladores de política externa visando ao engrandecimento dos EUA. Eles acreditam que uma ordem internacional só pode ser equilibrada e justa com os Estados Unidos no Centro. O “ponto de vista” americano deve prevalecer; o realismo nas relações internacionais também. Essa vertente é integrada por intelectuais, políticos burocratas dentre outros. Os mais visíveis são: Dick Cheney, Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz, Condoleezza Rice, William Kristol e Richard Perle. Sua política é idêntica à política que praticavam no governo de George Bush (Pai). Alguns deles são remanescente do governo Bush (Pai), e quase todos durante o governo de Clinton

¹⁴³ ADP. **Reeleição de Bush deixa gays dos EUA pessimistas**. Disponível em:

< <http://noticias.terra.com.br/mundo/interna/0,,OI421957-EI1826,00.html> > Acesso em: 19/11/2004.

¹⁴⁴ MARTINS, Luciano. O fundamentalismo de Bush e a ordem mundial. **Política Externa**:EUA e a Ordem Mundial: uma nova doutrina. São Paulo, v.12, n.1, jun/jul/ago, 2003, p.38.

¹⁴⁵ Ibid.

se refugiaram no American Enterprise Institute, *think tank* ultraconservador. Com Bush, eles se encontraram de volta à Casa Branca para redefinir o papel dos Estados Unidos.

Condoleezza Rice, em seu artigo sobre a doutrina Bush, descreve as duas forças presentes, nesse, governo quando ela escreve sobre o realismo e idealismo. Ela cita que o realismo “minimiza a importância dos valores” e que o “equilíbrio do poder [...] é a chave para paz.” Já os idealistas “ênfatizam os valores.” Para ela, essas visões realista e idealista, “obscurecem a realidade.” Diz que, na realidade, “o poder e os valores estão totalmente entrelaçados.”¹⁴⁶ Interessante que ela, no mesmo artigo, declara que “política externa trata-se, essencialmente, de segurança.”¹⁴⁷ O que torna clara que a política externa americana é realista, não há dúvidas disso. Todavia, quanto aos valores do governo americanos, esses são, ligados a uma ideologia. Parece que se distingue em duas esferas, valores e poder, porém são entrelaçados pela política. É Rice uma representante desse grupo de poder, dos *Neocons*, enquanto os *Theocons* representantes dos valores. O papel de Bush seria o articulador dessas duas esferas, ele é tanto um Neocons por ser filho do ex-presidente como um *Theocons*, por ser um cristão renascido. São encontros marcados pela política, é uma junção de um grupo de cristãos que, desde os anos 80, procura, mas não teve o poder em suas mãos e um grupo que desde a derrota de Bush (Pai), para Clinton, perdeu esse poder. Luciano Martins descreveu na revista *Política Externa* que é a crença que Bush tem de ser convocado por Deus para liderar a Nação, somada ao objetivo republicano de que o EUA tem um papel central, único (messiânico) na ordem internacional, que convergem esses grupos.¹⁴⁸ Eles são unidos por essa ideologia messiânica americana.

Segundo Ralph Della Cava, esse primeiro grupo de evangélicos pentecostais, desde os anos 80, tem se aproximado dos setores conservadores do partido republicano. O objetivo principal é substituir os princípios seculares por uma ordem moral cristã e pela supremacia americana. A vitória contra o Iraque simboliza “não apenas o triunfo do bem contra o mal [...] mas também um sinal divino da

¹⁴⁶ RICE, Condoleezza. Consciência de vulnerabilidade inspirou a doutrina. **Política Externa**: A nova doutrina de segurança dos EUA. São Paulo, v.11, n.3, dez/jan/fev, 2002/2003, p.65.

¹⁴⁷ Ibid.p.62.

¹⁴⁸ MARTINS, Luciano. O fundamentalismo de Bush e a ordem mundial. **Política Externa**: EUA e a Ordem Mundial: uma nova doutrina. São Paulo, v.12, n.1, jun/jul/ago, 2003. p.38.

superioridade da cristandade sobre [...] o sinistro espírito de violência e ódio que o Corão lança sobre os muçulmanos.”¹⁴⁹

Percebe-se que existe realmente esse intuito de guerra contra o Islã, entretanto é prematuro afirmar que Bush compartilhe dessa visão. Mesmo que compartilhe, seria um erro fatal à sua política declarar-se antiislã. Resultaria na mobilização de todo oriente muçulmano contra os EUA. Isso geraria uma onda de unificação das inúmeras correntes religiosas muçulmanas em uma só estratégia, de guerrear contra o cristianismo. Temos que observar de forma mais exata e segura quem são realmente as pessoas religiosas que estão aconselhando Bush a esse respeito, e nesse caso, necessitaríamos um estudo mais direcionado e profundo. Uma ala fundamentalista pode estar no partido republicano, mas devemos observar quem possui maior influência no governo de Bush. Percebe-se que os EUA e Bush crêem que há uma missão messiânica, pois a linguagem e o clima da Casa Branca é religioso.

Afinal, essa guerra é contra o Islã ou não? Essas duas correntes conservadoras, compostas por Thecons e Neocons estão envolvidas na política externa, mas acredita-se que as decisões de poder sejam tomadas pelos Neocons, grupo mais preparado para desafios da política externa americana, enquanto os *Thecons* são responsáveis para determinar os valores, aquilo que é certo ou errado na política americana. São uma espécie de *Fetiales* romano. Tudo indica que a decisão de guerrear é uma questão política sujeita ao presidente e aos ex-companheiros (falcões) de seu pai, enquanto a questão de justiça cabe à ala cristã. A guerra ao Iraque não é uma guerra diretamente ao Islã, mas é uma guerra que agrada tanto os *Neocons*, pelos interesses econômicos e políticos, quanto possibilita aos *Theocons* se despreocuparem com a expansão do Islã por um tempo, no Iraque.

Temos que observar que esses Theocons devem ter sido extremamente pressionados pela opinião pública, assim como foi o Congresso e o próprio presidente, após 11 de setembro, para tomarem medidas contra o terrorismo e governos antiamericanos. Não que isso seja uma justificativa, mas que, certamente, influenciou, negativamente, o julgamento racional americano quanto guerrear ou

¹⁴⁹ PEREIRA-BRESSER, Luiz Carlos. O gigante fora do tempo: A guerra do Iraque e o sistema global. **Política Externa**:EUA e a Ordem Mundial: uma nova doutrina. São Paulo, v.12, n.1, jun/jul/ago, 2003. p.56.

não, pois o emocional americano estava extremamente abalado. O Congresso foi tão pressionado que, até mesmo, aprovou uma guerra sem o aval das Nações Unidas. O sentimento de “agora ou nunca” estava presente em cada tomada de decisão.

Mas, por mais que tentemos justificar ou proteger essa ação americana, é impossível desvincular a escolha do Iraque como alvo com o fato de que não tenha qualquer relação com a religião daquele país. Os motivos da guerra não foram totalmente religiosos, mas o governo de Saddam possuía características que qualquer americano padrão identificaria como sendo “mal.” Era um regime contra os valores democráticos e religiosos americanos — assim pensavam e pensam.

Uma guerra contra “o mal” foi a ideologia capaz de mobilizar os *Thecons*, os *Neocons*, o Congresso e toda sociedade contra o terror. O fato é que a opinião pública, como um todo, apoiou Bush, e, conseqüentemente, as manifestações nacionalistas ansiavam pela revanche ao mal. A guerra contra o terrorismo apesar de ter sido considerada uma guerra contra um fantasma, sem um alvo preciso, com certeza, o governo de Saddam possuía uma identidade negativa e maligna para o povo americano.

Segundo Carlos Eduardo Lins da Silva a Doutrina Bush teria sido gerada há dez anos, por seu pai e seus assessores, que hoje são os mesmos assessores de Bush (Filho). Segundo ele, toda política externa americana está nas mãos desses assessores. Apesar do escritor não os denominar *Neocons*, eles são as mesmas pessoas.¹⁵⁰

Wolfwitz, neoconservador, ex-secretário de Defesa de Bush (pai) e atual vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e Libby, assessor de Segurança Nacional do vice-presidente, logo após a destruição das torres, iniciou o argumento de ataque preventivo contra o Iraque, tendo em vista o vínculo de Saddam Hussein com Bin Laden. O presidente Bush rejeitou a proposta, mas algum tempo depois falou sobre “eixo do mal” e prevenção contra armas de destruição em massa. No mesmo artigo de Carlos Eduardo Lins da Silva, ele afirma que isso causou muito

¹⁵⁰ SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Doutrina Bush foi gerada há dez anos. **Política Externa**: A nova doutrina de segurança dos EUA. São Paulo, v.11, n.3, dez/jan/fev, 2002/2003. p.50.

desconforto na opinião pública americana, pois o princípio moral americano é de não iniciar uma guerra.

Porém, no Congresso, na sociedade e dentro do próprio partido republicano, essa ideologia de “guerra contra o mal”, passou a simbolizar que essa guerra seria justa e moral pois a luta contra o mal é indiscutível em qualquer crença religiosa e democrática. Isso revela o poderio do discurso político pois, como sabemos, isso é capaz de movimentar uma nação inteira, desde que símbolos e crenças utilizadas expressem anseios, valores e identidade nacional.

A doutrina de Bush é uma política de equilíbrio de poderes que tende a ser permanente. Ataques preventivos são o instrumento-chefe da segurança americana. Essa política externa norte-americana é simplesmente conter qualquer Estado rebelde ou antagônico a uma ordem mundial onde os Estados Unidos sejam o centro desse sistema. Essa doutrina pretende acabar e responder prontamente a qualquer “ameaça iminente.”

Para obter apoio da população nessa doutrina, o governo americano utilizou-se de uma ideologia nacionalista com teor tradicional e religioso. Além de ter sido favorecido pela mídia, que intensificava o medo a novos atentados, e, exigia uma resposta aos atentados. Sendo assim, a população, em geral, acabou apoiando os ataques ao Iraque. A população e seus representantes passaram a ignorar o multilateralismo da ONU e legitimaram qualquer iniciativa do governo americano de aumentar a segurança nacional. Os slogans religiosos tornaram-se essenciais à política americana, despertava o nacionalismo e geraram a legitimidade necessária para os EUA defenderem seus interesses no globo. O fato de, atualmente, o direito internacional considerar a guerra preventiva e unilateral um ilícito, não freou a política externa americana. Os argumentos a favor da guerra foram: (a) o perigo de armas em destruição em massa, mas isso nunca ficou comprovado; (b) possibilidade de se implantar a democracia no Iraque, apesar dessa possibilidade ser mínima tendo em vista que a população iraquiana quer um governo muçulmano.

O caráter messiânico da política americana atribui, desde a formação dos EUA, a responsabilidade de defender o mundo e seus próprios interesses. Essa determinação perdeu força após as inúmeras crises mundiais como a do petróleo dentre outras, quando os Estados Unidos foram obrigados a chamar outros países

para serem os garantidores do sistema financeiro mundial. Outra questão que desvinculou os EUA da defesa mundial, foi a queda do comunismo que alimentava, principalmente, com a corrida armamentista, o militarismo americano. Durante os anos da Cortina de Ferro, os EUA através de uma ideologia nacionalista (muito parecida com a de Bush hoje), em que o medo de ataques atômicos e da “guerra contra os ateus”, de certa forma unia os americanos a financiar o poderio americano. Havia, nesses anos, a necessidade dos EUA estarem sempre movimentando seus fatores reais de poder para a defesa do mundo democrático, entretanto quando “o mocinho” não possuía mais inimigos “ateus”, não se enxergou a necessidade de aumento do poderio americano.

Outra razão dessa mudança de mentalidade militarista foi que, após a declaração da Nova Ordem Mundial por Bush (pai), em 89, após a queda do muro de Berlim, havia um plano dos republicanos para manutenção do mundo pela ordem unilateral americana, é por isso, que se diz que a doutrina Bush foi criada há dez anos. Tendo Bush perdido a reeleição para o presidente Clinton, esses planos ficaram adiados.

Em outras palavras, como não havia um inimigo que pudesse atacar os interesses americanos no mundo e, com o crescimento financeiro interno americano e mundial, não houve a necessidade dos americanos abandonarem a prática de multilateralização da ordem mundial. Clinton, em vez de trazer toda responsabilidade da defesa mundial e sustentação financeira ao Estados Unidos, delegou poder às organizações internacionais. Exemplo disso foram o fortalecimento da OTAN em ações na Europa (Bósnia) e ampliação do G7 em G20 financeiro em Washington.

A ideologia, durante todos os anos 90, alimentou-se na paz, na interdependência, segurança coletiva e no fortalecimento das organizações internacionais. Essa nova ideologia partia do princípio que os EUA não poderiam mais exercer eficazmente a liderança hegemônica ou garantidora do mundo, restava-lhe já que agora a democracia tinha sido mundialmente ampliada, compartilhar e promover uma universalização dessa liderança. Uma liderança compartilhada entre todas as nações.

Com a eleição de Bush (Filho), essa política de liderança compartilhada viu-se desde o princípio ameaçada. Segundo Marcio César Flores, “não se pode acusar o

governo de George W. Bush de incoerência ou imprevisibilidade, no tocante às políticas externas e de defesa.”¹⁵¹ Ele afirma que a política externa americana estava parametrada antes do atentado de 11 de setembro. Durante a primeira candidatura de Bush, Condoleezza Rice e Robert B. Zoellick, assessores de Segurança Nacional e Economia respectivamente, já haviam divulgado as bases da política externa de Bush em seus artigos¹⁵². Segundo Flores, esses artigos põem de forma transparente a “mais concreta política de poder ocorrida desde a época romana auge.”¹⁵³ Uma política americana alavancada no pressuposto de que promovendo o interesse americano se promoveria a liberdade democrática e benefícios gerais para a humanidade.

No seu artigo sobre segurança intitulado *Promovendo os Interesses Nacionais*, Rice, como se os valores americanos fossem universais, legítimas, de forma autônoma ou justifica o poderio militar americano, com a seguinte declaração: “o poderio militar norte-americano precisa ser assegurado, porque os EUA são o único país que garante a paz e a estabilidade globais.”¹⁵⁴ Ela também considera importante, “reforçar os laços com países que compartilham valores americanos [...] e agir decisivamente contra as ameaças de regimes inconfiáveis¹⁵⁵ [...] potências hostis.”¹⁵⁶ Ela exemplifica ainda o Irã como um regime hostil sendo anti-democracia e fundamentalista islâmico. Na sua opinião, acredita que a política americana deva partir dos interesses nacionais e não interesses de uma comunidade internacional ilusória, e concorda com o conceito messiânico americano. Para Rice, o mundo será mais pacífico, democrático e próspero se os EUA sustentarem esse papel especial que possuíam no passado e devem manter-se assim no futuro.¹⁵⁷ Segundo essa abordagem, esse realismo político com ideologia messiânica é um esforço para manter o Estado americano como a potência líder no presente e no futuro, a qualquer preço.

¹⁵¹ FLORES, Mario César. Política de defesa republicana. **Política Externa**. São Paulo, v. 11 n.2, set/out/nov, 2002. p. 35.

¹⁵² *Promoting the national interest e A republican foreign policy*

¹⁵³ FLORES, Mario César. Política de defesa republicana. **Política Externa**. São Paulo, v. 11 n.2, set/out/nov, 2002. p.36.

¹⁵⁴ RICE. Apud. FILHO, Gerald Lesbat Cavagnari. O argumento do império. **Política Externa**:EUA e a Ordem Mundial: uma nova doutrina. São Paulo, v.12, n.1, jun/jul/ago, 2003. p.81.

¹⁵⁵ A palavra original é Rogue que é muito mais forte do que inconfiável, a tradução mais próxima seria trapaceiro ou ladrão.

¹⁵⁶ FLORES, Mario César. Política de defesa republicana. **Política Externa**. São Paulo, v. 11 n.2, set/out/nov, 2002. p.37.

Qual foi a verdadeira razão da guerra do Iraque? Uma das explicações é que se efetivou uma cruzada religiosa contra o Islã; outra é a que o texano Bush estaria buscando petróleo como uma forma estratégica de não se ver mais preso ao petróleo muçulmano. Apesar de uma guerra por petróleo ser um motivo desacelerador da economia mundial e trazer certa desestabilidade ao cenário internacional, em longo prazo, seria, uma grande jogada estratégica americana. Controlar o Iraque significa controlar o maior produtor de petróleo do mundo; significa controle da oferta mundial e possibilita ao Estados Unidos não ser vítima de ações dos grandes produtores de petróleo como os ocorridos na década de 70. O petróleo, ao mesmo tempo, é um problema energético e de distribuição de poder geopolítico. Os EUA pretendem atuar, com tolerância zero, em relação a futuras ameaças ao sistema mundial, para evitar vulnerabilidade. Segundo Edmilson Santos, “a crise do petróleo dos anos 1970 não foi, portanto, somente uma questão de preço. Foi interpretada pelo Ocidente como uma declaração de guerra da parte de um punhado de ‘países terroristas’.”¹⁵⁸ É sabido que esse terror foi praticado por países muçulmanos, que hoje ainda apóiam grupos antiocidentais.

A guerra o Afeganistão é portanto uma resposta a todo poderio contra o Ocidente, ações antiamericanas e antidemocráticas. É a busca da hegemonia americana no Oriente Médio. A guerra ao Iraque foi continuação dessa “guerra de contra-revolução”, contra as ações de um grupo de fundamentalistas islâmicos, terroristas, forças horizontais que desequilibram as estruturas da sociedade. É a retaliação à doutrina terrorista, principalmente doutrina islâmica terrorista. O motivo é o medo de novos ataques. Não podemos, porém, excluir a condição de “guerra de ganho”, nos ataques ao Iraque. Além dos motivos de defesa e medo, o petróleo é um recurso, de certa forma, escasso, e é de valor estratégico imenso. Os motivos de ataque ao Iraque são vinculados a um imperialismo motivado por vários interesses econômicos e estratégicos na região.

¹⁵⁷ Ibid. p.38.

¹⁵⁸ SANTOS, Edmilson Moutinho dos. Petróleo- Quadro estratégico-global no início do século XXI. **Política Externa**. São Paulo, v. 12 n.1, ,jun/jul/ago, 2003. p.101.

4.2 O Islã e o Ocidente

Por mais que Bush afirme que a guerra não é contra o Islã, mas apenas contra o terror, o terrorismo está enraizado diretamente no fundamentalismo islâmico. Contudo, todos os muçulmanos por serem parte de uma religião que não desliga religião do Estado, consideram qualquer ação estatal uma ação religiosa. Enquanto Jesus não portou a espada, Maomé usou da força para revolução. Em outras palavras, aquele que conduz a espada, possui o governo.

Para os muçulmanos, os EUA é uma nação cristã, independente se há ou não liberdade religiosa concedidas à população. Ainda mais por essa visão ideológica de Bush, o EUA será sempre visto como um inimigo do Islã. Segundo Samuel Huntington, 1400 anos de história provam que o Ocidente possui problemas com o Islã. Esse ciclo histórico seria uma espécie de guerra fria, com momentos de pacifismo e momentos de guerras quentes. Segundo ele essa dinâmica é composta por duas comunidades em “competição por poder, terras e almas¹⁵⁹.” O autor relata os principais momentos de combate entre essas comunidades principalmente durante as “Cruzadas.”

Segundo Samuel Huntington, a causa dos conflitos entre cristãos e muçulmanos é a natureza de suas religiões e das civilizações baseadas nelas. Os conflitos são frutos de diferenças na concepção da união entre política e religião muçulmana versus a “separação do Reino de Deus e de César.” As similaridades dessas duas religiões também influenciam nesses conflitos: ambas são monoteístas, não aceitam nem assimilam outras divindades e sempre possuem o uso de termos dualistas, nós e eles, mal e bem, santo e pagão, divino ou diabólico. Ambas acreditam ser a única fé verdadeira, todos devem aderir a ela, são universalistas. São religiões missionárias, cada praticante deve converter os não crentes a elas.¹⁶⁰

Samuel Huntington acredita que, desde o início, o “islamismo se expandiu pela conquista e, quando surgiram oportunidades, o mesmo se deu pelo cristianismo.”¹⁶¹ Cabe aqui fazer uma pausa e explicar essa questão, pois acredito

¹⁵⁹ HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações: e a Recomposição da Ordem mundial**. Tradução de M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996. p.262.

¹⁶⁰ Ibid. p.264.

¹⁶¹ Ibid.

diferentemente de Huntington, que as oportunidades surgiram várias vezes para o cristianismo, todavia esse na pessoa de Jesus Cristo se negou à conquista. Maomé desde o início, foi um revolucionário armado, desde Medina. Quanto a Cristo, este se negou ao uso da espada. As oportunidades surgiram para Cristo apegar-se às armas, mas segundo o relato dos apóstolos, ele preferiu o espírito ao invés da força: “não por força nem por violência, mas pelo Espírito.” Apesar disso, as raízes cristãs no judaísmo a partir de Moisés são extremamente bélicas. Apesar dos ensinamentos de Cristo e de Paulo serem considerados “anti-imperialista”¹⁶², respeitadores das normas, e a Igreja primitiva ter sido contra qualquer tipo de guerra, o Império Romano na pessoa da autoridade é que estipulou a guerra cristã. Sendo assim, o cristianismo e islamismo se igualaram quanto ao aspecto de uso de guerra religiosa para o expansionismo. A concepção de “jihad” e “cruzada” são paralelas, segundo Samuel Huntington.

Para Samuel Huntington, no século XX, vários fatores aumentaram o conflito entre o Islã e o Ocidente. São esses: (a) grande quantidade de jovens muçumanos desempregados que se tornaram recrutas de redes fundamentalistas e (ou) de terroristas; (b) o “Ressurgimento Islâmico” deu uma confiança e sentido de igualdade ou supremacia dos valores muçumanos aos do Ocidente; (c) a pressão cultural, militar e econômica que tenta universalizar os valores mundiais, por imposição, gera um ressentimento contra os valores ocidentais; (d) a queda do comunismo acabou mudando o foco de ambos para uma nova ameaça, além dos ateus; (e) o crescente contato entre os dois, gerado pela globalização, aumentou a visão de que cada um difere muito do outro. Isso aumentou a intolerância de um para o outro.¹⁶³

Esses fatores de Huntington, justificadores do aumento dos conflitos entre Islã e o Ocidente, estão essencialmente vinculados com as mudanças nas relações internacionais. Estão centradas, também em questões modernas como desemprego, proliferação de armas, direitos humanos, democracia, migração, terrorismo, intervenções militares, exclusão social. Todas esses assuntos segundo Huntington, residem nas questões de poder e cultura. “A questão fundamental da política,

¹⁶² HORSLEY, Richard A. **Jesus e o império: O reino de Deus e a nova desordem mundial**. São Paulo: Paulus 2004.p.137.

¹⁶³ HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações: e a Recomposição da Ordem mundial**. Tradução de M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.p.265.

definida por Lênin, é a raiz do confronto entre o Islã e o Ocidente. Há, entretanto, o conflito adicional, que Lênin teria considerado sem sentido, entre duas versões do que é certo e do que é errado.”¹⁶⁴

Observações de um jornalista egípcio, Mohamed Sid-Ahmed, constataram, em 1994, que “há sinais inequívocos de um crescente choque entre a ética ocidental judaica-cristã e o movimento de revitalização islâmica.”¹⁶⁵ Um muçulmano indiano identificou em 1992 que “a próxima confrontação do Ocidente virá, sem dúvida, do mundo muçulmano.”¹⁶⁶ Um tunisiano destacou: “O colonialismo tentou deturpar todas as tradições culturais do Islã. Eu não sou fundamentalista islâmico. Não acho que exista um conflito entre religiões. Existe um conflito entre civilizações.”¹⁶⁷

As palavras de Samuel Huntington traduzem a mentalidade muçulmana por detrás desse sentimento de usurpação e dominação americana para com o Oriente: “Os muçulmanos cada vez mais atacam os ocidentais não por professarem uma religião imperfeita e errônea, que é, não obstante, uma ‘religião do Livro’, mas por não professarem nenhuma religião em absoluto. Aos olhos muçulmanos, o secularismo, a irreligiosidade e, portanto, as imoralidades ocidentais são males piores do que o Cristianismo ocidental, que os produziu[...] os muçulmanos vêem seu adversário como o ‘Ocidente ateu’.”¹⁶⁸

Na visão islâmica do mundo, o Ocidente é “militarista”, “imperialista”, “individualista”, invasor de vidas, importadores de entretenimento imundo. Fátima Mernissi, no livro, *O Islã e a Democracia*¹⁶⁹, cita o Ocidente como: “um poder que nos esmaga, sitia nossos mercados e controla nossos mais simples recursos, iniciativas e potencialidades. Era assim que percebíamos nossa situação, e a Guerra do Golfo transformou nossa percepção em certeza.”¹⁷⁰

Ao final da década de 90, o antiocidentalismo muçulmano cresceu em proporções desiguais, proporcionalmente ao medo da ameaça islâmica. Para o

¹⁶⁴ Ibid.

¹⁶⁵ Ibid. p.267.

¹⁶⁶ SIDO-AHMED. Apud HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações: e a Recomposição da Ordem mundial**. Tradução de M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996. p.267.

¹⁶⁷ Ibid.

¹⁶⁸ Ibid. pp.267-268.

¹⁶⁹ Título original em Inglês: *Islam and Democracy*.

¹⁷⁰ MERNISSI. Apud HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações: e a Recomposição da Ordem mundial**. Tradução de M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996. p.268.

mundo Ocidental, o Islã, especialmente o fundamentalismo, é “mal”, “terrorista”, “desordeiro”, “hostil”, “fonte de armas de destruição em massa” e “imigrantes indesejados”. Uma pesquisa realizada entre americanos, em 1994, questionou se a revitalização muçulmana era uma ameaça ao interesse dos EUA no Oriente Médio. 61% dos interessados em política externa disseram que sim. No ano anterior em resposta à pergunta de qual país representava o maior perigo aos EUA, eles apontaram o Irã, a China e o Iraque como os três primeiros. Paralelamente, a pergunta, de 94, indagando quais seriam as ameaças críticas aos EUA em política externa, 72% responderam que era a proliferação nuclear e 33% o terrorismo internacional. Essas duas repostas estão altamente vinculadas ao Islã. Na visão americana de não permitir que países patrocinem terrorismo, dos sete países classificados (Irã, Iraque, Síria, Líbia, Cuba, Coreia do Norte e Sudão) como patrocinadores e terroristas, cinco são muçulmanos.¹⁷¹

Essas pesquisas retratam que é a própria incompatibilidade entre o Islã e o Ocidente que parece ser responsável por essa guerra contra o terror. Cuba e Coreia do Norte são os poucos remanescentes da guerra fria que não se abriram ao capitalismo. Assim como os valores entre marxismo e liberalismo democrático provocaram guerras, também, os conflitos entre cristianismo e islamismo são ainda maiores. Da mesma forma que a Guerra Fria aconteceu, a guerra fria entre Ocidente e Islã existe. Ao contrário da Guerra Fria entre Rússia e EUA onde não houve um ataque direto entre as potências, no caso do Islã versus Ocidente houve. O ataque às Torres Gêmeas desencadeou uma onda de ataques contra o Islã. Caso esse ataque não houve acontecido, seria bem provável que o Ocidente acabaria por dominar o Islã através dos mecanismos seculares e pacíficos que destruíram a União Soviética. O Islã, porém, se manifesta contra essa dominação de valores ocidentais. O Islã é uma civilização com raízes muito mais profundas que o comunismo possuía. Os islamitas estão convencidos da superioridade de seu deus, cultura e valores. O problema do Islã é o Ocidente, que impõe sua visão a esse povo, apesar do declínio da religiosidade ocidental.

Bush, nesse sentido, para os conversadores teológicos, é visto como a volta do cristianismo ao governo americano, para livrar o povo americano do secularismo

¹⁷¹HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações: e a Recomposição da Ordem mundial**. Tradução de M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996. p.270.

e do declínio ocidental e fazer frente ao Islã maligno. Todavia é incompatível essa forma de governo, pois nunca extrairia a essência do cristianismo de volta para o governo. Primeiro porque o Cristianismo histórico é imperialista, porém o primitivo jamais foi. É mister dizer que Cristo divide o Reino de César de seu Reino. E a nova aliança cristã tornou toda a lei judaica, transformada, ainda viva, mas ineficaz aos intuitos cristãos de transformação individual, não cabendo espaços para guerras de poder.

A volta ao território da guerra justa cristã escolhida pelos republicanos retorna ao moralismo imperial americano e busca justificativas, distorcendo o contexto e teologia bíblica, impossibilitando o retorno da ética cristã. Caso o movimento teológico de Bush tivesse uma linha teológica formada dentro de sua plataforma governamental, talvez, essas justificativas seriam mais confiáveis, porém isso não ocorre. Algo desse tipo jamais seria considerado constitucional e receberia apoio dos evangélicos e não-evangélicos americanos. Seria uma forma de imposição religiosa governamental e resultaria na quebra de liberdade religiosa.

A moral secular parte do pressuposto do que é aceito pelo povo em geral, sendo assim a legitimidade é fundada, principalmente, no cumprimento das exigências jurídicas e não religiosas. A ideologia religiosa americana de “guerra contra o mal” ou “cruzadas” não funcionou para mobilizar a Europa como funcionou nos EUA e na Inglaterra. Esse continente encontra-se muito mais fundado em acordos e normas jurídicas do que qualquer outra forma de religião ou ideologia. É uma civilização pós-cristã, seus remanescentes religiosos são instituições tradicionais como a Igreja Romana Católica que conta com mais membros na América Latina do que na Europa. Outros remanescentes são as Igrejas Luteranas e Anglicanas, as quais são muito mais fortes no EUA e na Inglaterra.

A legitimidade de Bush é provinda da vontade do povo americano; a reeleição em novembro de 2004 confirma isso. Mesmo que Bush tenha na sua visão sido chamado por Deus para levar os EUA a uma nova era, [cabe mais uma vez citar: “dar a Cesar o que é de Cesar”] as únicas pessoas que podem legitimar as ações de Bush globalmente, é a sociedade internacional. A violação do direito internacional é a violação do direito de César, ou seja a própria comunidade internacional. Qualquer outra ação sem aprovação internacional seria uma violação desse princípio, que, em

outras palavras, é a obrigação de se cumprir àquilo que foi estipulado em acordo. Qualquer forma de não cumprimento do direito internacional é imperialismo.

Bush possui a espada para promover a ordem, paz e justiça no território americano, não para promover os interesses americanos no exterior de forma imperialista. As questões internacionais possuem outras camadas de legitimidade que ele precisa conquistar para tornar suas ações legítimas. Ignorar o Conselho de Segurança é ignorar a vontade da sociedade internacional. Constitui em um ilícito, mesmo que o Conselho não carregue a espada.

No presente momento, não existe promoção da ordem através de uma autoridade comum internacional, principalmente pela involuntariedade do EUA de se instituir um governo mundial, desde a criação da Liga das Nações até a ONU, os Estados Unidos relutou em aderir e em criar uma instituição supranacional. É óbvio que os EUA têm a liberdade de se autopreservar, e jamais isso foi negado. Todavia, se há um sentimento de insegurança internacional, isso só tem aumentado pelas próprias violações do direito internacional pelos americanos. Caso esses permitissem que sua fé fosse racionalizada, certamente entenderiam que o melhor é a criação de um poder comum forte o suficiente para promover a paz. Enquanto isso não ocorre, a observância e respeito às normas internacionais seriam a melhor opção.

Os americanos no Iraque invadiram aquela nação no início dos anos 90. Trouxeram a guerra e o embargo, durante uma década, e as ações humanitárias foram quase a zero. Ao invés de um país cristão se apresentar com prestações de ajuda ao país necessitado, algo defendido por sua fé, nunca houve uma movimentação do povo americano de reconstruir o Iraque. Talvez esperassem a queda de Saddam, mas um país que não possui um proletariado, certamente não terá condições de realizar uma revolução. Mesmo que esta seja essa a razão, os EUA serão sempre lembrados como um país que matou e roubou os iraquianos. O pior é que essa ação de Bush ainda piorará a visão do cristianismo moderno pelos muçulmanos. Isso poderia ter sido pensado pelos *Theocons*, que deveriam propor no congresso americano algo que reestruturasse o Iraque completamente, em resposta a visão mundial de que será apenas restabelecido o necessário para reativar a produção petrolífera do Iraque. Para que essa guerra não seja

compreendida somente como uma guerra messiânica de interesses econômicos ocultos, eles devem reconstruir por completo essa nação. É bem provável, que essa abertura forçada do mundo muçulmano seja algo até desejado e prevista por esses conservadores americanos. É uma forma de evangelizar ou catequizar o mundo muçulmano, mas caso os EUA não venham a reconstruir o país e tão somente usufruir o petróleo iraquiano e da posição estratégica americana para conter o expansionismo muçulmano, é inevitável que o ódio ao americano e ao cristianismo tenda a crescer. Algo que aumentaria ainda mais a rivalidade histórica dessas civilizações.

Ao mesmo tempo em que essa guerra tende a abrir espaço para o poderio americano, tende a abrir espaço ao fundamentalismo muçulmano e antiamericanista no mundo. Creio que a decisão de atacar o Iraque, nesse momento, enfraqueceu a política externa americana, pois, ao contrário do que se esperava, a síndrome do Vietnam não foi contida; os Estados Unidos não conseguiram consolidar seu poderio no Iraque. A inteligência americana ou até o governo americano não calcularam o tempo e os gastos que essa guerra desprenderia. Esqueceram que a guerra urbana é o formato de guerra mais sangrento e duradouro, pois o inimigo é o próprio povo e não combatentes. Torna-se necessário subjugar o povo, e não somente o governo e poderio militar.

Segundo Clausewitz, uma guerra só é ganha quando a população é controlada. Entretanto como se pode controlar uma população islâmica que sempre lutou contra seu dominador, desde a época de Maomé? Talvez, com as eleições iraquianas concluídas em janeiro, o domínio seja mais fácil. Maquiavel afirmou que quando o príncipe não pode estar presente em um país dominado, pode “recorrer facilmente a um príncipe que reside ali mesmo; terão motivos maiores para amá-lo se se comportarem bem, e para temê-lo se se comportarem mal.[...]. Se o príncipe residir nele dificilmente o perderá.”¹⁷²

Caso as eleições no Iraque não aconteçam, será impossível os EUA continuar a aplicação da doutrina Bush. O déficit orçamentário americano que já se encontra em certo nível caótico, a ponto de quase fazer Bush perder a reeleição. Maquiavel quanto a esse assunto financeiro já orientava que caso o Estado

dominado não se tornasse uma espécie de colônia e continuasse a ser dominada militarmente, isso quebraria qualquer orçamento do dominador: “O príncipe que, ao invés de colônias, recorre a tropas despende muitíssimo mais e acaba por consumir em gastos militares toda a receita da província.”¹⁷³ Maquiavel também ressalta que foi dessa forma que os romanos conquistaram as regiões: “Instituíram colônias, ampararam os mais fracos sem aumentar-lhes o poder[...] e impediram que estrangeiros ali adquirissem boa reputação.”¹⁷⁴

Algumas pessoas argumentam que os EUA se diferem de Roma pois não instituem colônias. Discordo plenamente, pois acredito que atualmente grande parte dos países que perderam guerras para os EUA; tornaram-se “colônias” americanas, seja pelo capital ou culturalmente. Quando se institui uma democracia, a força nesses Estados, institui-se uma “colônia” democrática, com certa autonomia de governança mas essa ainda estará presa ao sistema mundial, que segundo a doutrina Bush possui somente um país capaz de sustentá-lo, os EUA. Samuel Huntington partilha da visão de que o controle de território, “é, hoje em dia, relativamente insignificante.” Isso ressalta a idéia que o domínio político, econômico e cultural é muito mais produtivo e atende o “colonizador” em seu interesse do que simplesmente dominar território. Cabe respaldar que algumas nações “soberanas” que nunca guerrearam contra os EUA são tão “colônias” americanas, quanto o Iraque provavelmente se tornará. A diferença é que essas se tornaram colônias sem a necessidade da guerra, pois outros meios de poder as dominam.

4.3 Imperialismo cristão moderno

Vimos que o nacionalismo americano atingiu seu ápice em momentos de crise principalmente durante guerras, sejam guerras declaradas ou guerras frias que são muito mais guerras ideológicas e virtuais, no conceito Clausewitzano. Essa

¹⁷² MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Garama, 2003. p.40.

¹⁷³ Ibid.

¹⁷⁴ Ibid. p.41.

intensificação de nacionalismo transforma-se normalmente em imperialismo. Foi assim no nazismo de Hitler, na colonização americana e no Império Romano. Por isso, muitas vezes as guerras começadas por motivos de segurança, tornaram-se guerras de agressão e de interesse próprio.

O presidente dos Estados Unidos rejeita acusações de imperialismo americano na política externa, principalmente no Iraque. Aos cadetes de West Point declarou que “A América não tem um império para estender nem uma utopia para criar. Desejamos aos outros apenas o que desejamos para nós: segurança contra a violência, as recompensas da liberdade e a esperança de uma vida melhor”¹⁷⁵

Apesar da declaração de não imperialismo americano, como vimos, historicamente, o EUA possui uma política de obras e palavras que não condiz com a realidade dos fatos. Assim como Thomas Jefferson e Bush, outros presidentes americanos declaram-se antiimperialistas e defensores dos oprimidos: as atrocidades contra os povos mais fracos ou pagãos apesar do discurso amável, comprovou o real interesse de dominação americana dos demais povos. O uso da ideologia de segurança e liberdade americana nada mais é do que uma política dominação do próximo perpetuada no estado de natureza internacional.

Segundo Morgenthau, imperialismo é quando uma nação propaga uma política externa buscando alteração favorável a ela na situação de poder; uma política que visa derrubar o *status quo*.¹⁷⁶

Argumenta-se que o EUA não seria é imperialista pois sempre foi a potência econômica e militar global, e pretende somente manter seu *status quo*. Todavia a política americana, nem sempre foi a potência militar global, isso é historicamente incorreto. Ela quase sempre buscou o fortalecimento do seu poder no cenário global, principalmente no último século.

Essa atual doutrina Bush também não pode ser considerada hegemônica no conceito de Gramsci, em que a presença de uma potência hegemônica é necessária para manutenção do sistema internacional. Na teoria de Gramsci, “o poderio hegemônico é aquele que faz, por meio do consenso, o seu interesse parecer o

¹⁷⁵ GARCIA, João Cláudio. *Para entender a guerra - A doutrina Bush*. Disponível em: <<http://www.unafisco-poa.org.br/noticia.asp?auto=353>>. Acesso em 21/10/2004.

¹⁷⁶ MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações**: luta pelo poder e pela paz. Tradução Oswaldo Biato. Brasília: Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2003. p. 87.

interesse de todos. Ou ainda, é aquele que garante a supremacia de uma concepção de mundo de uma conduta sobre todos os demais.”¹⁷⁷

Porém, os EUA desrespeitaram o Conselho de Segurança, que é responsável por esse “consenso” que garante o “interesse de todos”, quando fazem uso da coerção para criar obediência dos demais governos, institui-se um império indesejado. Os valores e ideais propagados pelo governo americanos para justificar a guerra ao Iraque são contestados por inúmeras pessoas e nações no mundo.

Lasswell afirma que quando “pensamentos sobre meios e maneiras de fortalecer as convicções é sinal de que as convicções básicas da sociedade já entrariam em decadência.”¹⁷⁸ Como se sabe os conservadores americanos que estão no poder procuram maneiras de propagar seus valores conservadores tanto no cenário interno americano quanto no cenário internacional. O simbolismo religioso e liberal foi utilizado nesse sentido para mobilizar e perpetuar o tradicionalismo americano. Entretanto, sabemos que esse tradicionalismo encontra-se em decadência nos EUA, apesar de seu revigoreamento após a reeleição de Bush. Isso comprova o que Lasswell escreveu, quando os americanos procuram meios para fortalecer suas convicções é sinal de que as convicções básicas estão entrando em decadência, não são tão fortes quanto no passado. Por isso que alguns analistas afirmam que os EUA, hoje, é um país dividido.

Para o mundo islâmico, para a Europa pós-cristã, e para os Estados americanos não tradicionais como Nova Iorque e Califórnia, esses valores conservadores são contestados. Apesar da ação americana contra o Iraque ter tido cerca de trinta países aderentes à causa americana e sendo assim não podemos considerá-la uma ação totalmente unilateral, porém, esse número é inexpressivo quanto a legitimidade da ONU.

Quando os Estados Unidos “são o único país que garante a paz e a estabilidade globais”¹⁷⁹, entretanto quando seus valores para a estabilidade e paz são partilhados somente por alguns países e não pelo consenso, e quando esse

¹⁷⁷ GRAMSCI. Apud. MORAIS, Isabela Nogueira de. A crise norte-coreana e os interesses estratégicos do nordeste asiático. **Política Externa**:EUA e a Ordem Mundial: uma nova doutrina. São Paulo, v.12, n.1, jun/jul/ago, 2003. p.88.

¹⁷⁸ LASSWELL, Harold Dwight. **Política, quem ganha o que, quando, como**. Trad. de Marco Aurélio dos Santos Chaudon. Brasília: Universidade de Brasília, 1984. p.31.

¹⁷⁹ FILHO, Gerald Lesbat Cavagnari. O argumento do império. **Política Externa**:EUA e a Ordem Mundial: uma nova doutrina. São Paulo, v.12, n.1, p 81, jun/jul/ago, 2003.

valores são questionados e recorre-se a ações bélicas para promovê-los e destruir qualquer resistência a essa ideologia, é impossível uma nação não estar sendo imperialista. O que essa nação está fazendo é prestigiando seus valores nacionais através de recursos bélicos. As suas alusões a um "eixo do mal" é composta apenas pelos valores defendidos pelos norte-americanos e de alguns poucos países.

CONCLUSÃO

Nesse trabalho, tentou-se descobrir em que aspectos a política externa dos Estados Unidos está relacionada à religião.

Para isso, analisamos as principais premissas do realismo da teoria das relações internacionais. Observamos que essa corrente teórica identifica a guerra como um instrumento político e que é a segurança o problema central enfrentado pelos formuladores de política externa. Constatamos que alguns dos assuntos verificados nessa monografia são analisados por vários teóricos realistas. Temas como: o poder, a anarquia do sistema internacional, a política de poder, a ideologia, e o uso da força na política internacional.

Após relacionar a maneira como os principais teóricos realistas abordaram os referidos temas, foi possível constatar que, no sistema internacional, há incapacidade dos Estados de gerarem ordem universal, devido à existência da anarquia internacional. E essa falta de governo é a principal fonte das guerras internacionais, e que o conflito entre as nações, no atual estado, é inevitável e, cedo ou mais tarde, o ciclo histórico produzirá novas guerras.

Ainda verificou-se que as ideologias são formas encontradas para se movimentar as forças internas contra uma ameaça à nação, e que, muitas vezes, um governante precisa utilizar-se da religiosidade para manter-se no poder e construir um vulgo que represente o conjunto de valores e crenças da sociedade para garantir adesão de pessoas aos intuitos estatais.

Também se constatou que a guerra é um instrumento político utilizado para sucumbir a vontade do inimigo quando os demais recursos, como a ideologia e religião, dentre outros, não são eficazes como recursos de poder para dobrar um inimigo à vontade do que deseja dominar. Também visualizamos que a guerra foi considerada justa pelos religiosos, e isso, muitas vezes, concedeu o aval aos governos a cometerem atrocidades em nome de Deus. Enxergamos como os EUA é tradicionalmente uma nação ligada à religiosidade e aos valores morais conservadores.

Observamos que os patriarcas americanos acreditavam ser o “Novo Israel”, nação santa, escolhida por Deus, para levar o mundo à redenção assim como os judeus primitivos. Analisamos que a política externa americana usou dessa

superioridade “messiânica” para justificar intervenções no mundo e expandir seu território.

Vimos que apesar da constituição americana separar a Igreja do Estado, essa ideologia messiânica americana encontra-se enraizada nas figuras políticas americanas e também está presente na ideologia liberal oficial dos EUA.

Também verificamos como os conservadores americanos chegaram ao poder no Partido Republicano, e que eles compartilham dos valores dos seus patriarcas e pretendem ampliar o poderio americano até onde puderem, através de intervenções internacionais. Essa estratégia militarista vigora no governo americano que utiliza o poder do convencimento de que os EUA, nessa visão messiânica, devem promover o bem em todo mundo contra as forças do mal.

Vimos que o nacionalismo com teor religioso americano, através dessa política externa de ampliação e de combate a qualquer força antagônica ao sistema religioso americano, transformou-se em uma política imperialista.

Nosso objetivo foi investigar as seguintes questões: em que aspectos a religião possui um papel fundamental na formulação da política americana e como conseguiu o governo Bush gerenciar a sociedade americana para sustentar essa doutrina.

Com isso, pôde-se constatar que a Doutrina Bush implica em algumas mudanças no cenário internacional, como o encolhimento dos organismos multilaterais e a adoção de ação preventiva. Concluímos que a doutrina Bush tornou-se finalmente, após a reeleição, uma política legitimada pela população americana. Enfatiza-se que, dessa vez, ele se elegeu sem a Suprema Corte. Bush recebeu a credibilidade da população americana, com maciço apoio dos conservadores para seguir a sua política messiânica. Bush soube usar a arma da religião, do medo hobbesiano, do seu berço político e apesar do Iraque, ganhou votos. 61%¹⁸⁰ das pessoas que vão a igreja semanalmente, votaram em Bush. O candidato opositor nas eleições, Kerry, ao contrário de Bush, desde o início, manifestou-se, claramente afirmando que a política e a religião não se misturam.¹⁸¹

¹⁸⁰ CARTA, Gianni. **Apertem os cintos:** Legitimado pelo voto, George W. Bush ganha aval para prosseguir em sua política messiânica.

Disponível em: http://cartacapital.terra.com.br/site/index_frame.php Acesso: 10/11/2004

¹⁸¹ Ibid.

Tendo em vista os resultados não satisfatórios no “front” de combate, esperava-se o peso da guerra no Iraque iria enfraquecer Bush nas eleições. Mas ele conseguiu passar para o povo que era um líder forte, com posições claras, de valores inquestionáveis e com capacidade de dar segurança ao povo americano.

Segundo a enquete do jornal, *The New York Times*, os valores morais foram a maior preocupação dos eleitores. Em segundo lugar, economia e emprego. Terceiro e quarto lugar foram terrorismo e o Iraque, respectivamente. As únicas exceções foram as cidades de Nova York e Los Angeles, onde os valores morais ficaram em segundo lugar. De fato, as questões morais são importantes para os americanos: no plebiscito para o banimento do casamento gay, nos onze Estados onde foram realizados, todos eles baniram esse tipo de casamento. O ponto de decisão nas eleições americanas não foi a plataforma democrata versus plataforma republicana, mas os valores conservadores versus os liberais.

A legitimidade do governo de Bush confirma e comprova um raciocínio de Weber sobre o Estado Moderno que “nenhuma dominação é somente burocrática, isto é, conduzida somente pelo funcionalismo empregado e nomeado.”¹⁸²

Ou seja, nenhum Estado é governado somente pelos aparatos administrativos parlamentares. É necessário uma ideologia que se baseie nos valores de uma sociedade. Segundo Weber, o problema característico em relação à ordem moderna é reconciliar as demandas pela “democratização”. As formas modernas da democracia são embasadas no voto de massas, na necessidade também de persuadir e organizar as massas para manter-se no poder. Isso gera partidos e líderes que, tradicionalmente, viviam fora da política mas detêm o poder e buscam um espaço político pela democratização. Com o surgimento do Estado de Direito Moderno e o processo de democratização, esses detentores de “poder carismático” passaram a ocupar espaços no poder parlamentar. Os partidos burocráticos tradicionais, como exemplo o Partido Republicano, abriram vias a esses detentores de poder carismático, os religiosos conservadores. Caso isso não ocorresse muito

¹⁸² WEBER. Apud. GIDDENS, Anthony. **Política, Sociologia e Teoria Social: Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. Trad. Cibele Saliba Rizek. 1ª Reimpressão. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p.62.

provavelmente não estariam democratizando o partido e perderiam uma fatia de seu eleitorado. É a seleção social weberiana. Nesse sentido, o burocrático e legal (racional) encontra-se com o poder carismático (irracional). Segundo Weber a “irracionalidade ética” era o elemento mais importante nas concepções subjacentes aos seus estudos sobre as “religiões mundiais”.¹⁸³ Ou seja, os religiosos tendem a possuir um poder carismático, baseado no irracional. A autoridade religiosa é reconhecida pelo dom da graça, pela fé e pela revelação. Sendo assim, no processo de democratização das sociedades se torna comum, atores religiosos alcançarem o poder e, inevitavelmente, passarem a influir nas políticas externas. O que presenciamos nos EUA, no Brasil e em outros países que ainda são, de certa forma, religiosos é a existência de movimentos de ação política religiosa, algo inconcebível e retrógrado para a Europa, que, após as atrocidades religiosas cometidas pelos religiosos antigos em seu continente, passaram a desaprovar qualquer religião tradicional. A separação Igreja/Estado é tão imensa na Europa que foi inevitável a criação da Santa Sé, um estado independente que promove os valores dos “iludidos” pela religião.

No aspecto da política externa de Bush, é a mesma política realista praticada por seu pai, porém com aumento na adoção de argumentos religiosos, como o uso da palavra “cruzada” para definir a ofensiva contra o Iraque. Isso é, na verdade o uso do instrumento ideológico, uma simbologia capaz de mobilizar os EUA.

Referências Bibliográficas:

Artigos e Livros:

AMORIN, Celso. Multilateralismo acessório. **Política Externa**, São Paulo: Editora Paz e Terra, vol. 11, n. 3, pp. 56-61, 2002/2003.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BÍBLIA SAGRADA. Nova Versão Internacional (NIV). Trad. Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Editora Vida, 2000.

BRITTO, Christiane Carneiro. **O paradigma realista e a doutrina Bush: o que mudou na política externa norte-americana**. Brasília, Uniceub, 2003.

Bush e sua fé. **Revista Graça/Show da Fé**, Rio de Janeiro, ano 4, n.55, p.24-29, fev. 2004.

BUSH, George W.. A estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos da América. **Política Externa**, São Paulo: Editora Paz e Terra, vol. 11, n. 3, pp.78-113, 2002/2003.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Tradução Maria Tereza Ramos, preparação de original Mauricio Balthazar Leal. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DINSTEIN, Yoram. **Guerra, agressão e legítima defesa**. Tradução Mauro Raposo de Mello. 3 ed. São Paulo: Manole, 2001.

FILHO, Gerald Lesbat Cavagnari. O argumento do império. **Política Externa: EUA e a Ordem Mundial: uma nova doutrina**. São Paulo, v.12, n.1, pp. 75-84, jun/jul/ago, 2003.

FLORES, Mario César. Política de defesa republicana. **Política Externa**. São Paulo, v. 11 n.2. p. 35-49, set/out/nov, 2002.

FREI Betto. Fundamentalismo cristão. **Correio Braziliense**. Brasília, 19 de Novembro de 2004. Caderno Opinião. p.5.

¹⁸³ Ibid.p.54.

GIDDENS, Anthony. **Política, Sociologia e Teoria Social**: Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. Trad. Cibeles Saliba Rizek. 1ª Reimpressão. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

GILES, Thomas Ransom. **Estado, poder, ideologia**. São Paulo: Editora EPU, 1985.

HORSLEY, Richard A. **Jesus e o império**: O reino de Deus e a nova desordem mundial. São Paulo: Paulus 2004.

HUCK, Marcelo Herme. **Da guerra justa à guerra econômica**: uma revisão sobre o uso da força em direito internacional. São Paulo: Saraiva, 1996.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações**: e a Recomposição da Ordem mundial. Tradução de M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

LASSWELL, Harold Dwight. **Política, quem ganha o que, quando, como**. Tradução: Marco Aurélio dos Santos Chaudon. Brasília: Universidade de Brasília, 1984.

MACFARLANE, L.J. **Teoria política moderna**. Tradução de Jório Dauster M. e Silva. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

MAGUIRE, Peter. **Law and War: an american story**. NY: Columbia University Press, 2000.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Germap, 2003

MELLO, Celso Devivier de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. 14. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. v.2.

MILBANK, Dana. Religious Right Finds Its Center In Oval Office. **Washington Post**, Washington, 24/12/2004. Page AO2

MOREIRA, Adriano. **Teoria das relações internacionais**. 3ª. Ed. Coimbra: Editora Almedina, 1999.

MORGENTHAU, HANS J. **A política entre as nações**: luta pelo poder e pela paz. Tradução: Oswaldo Biato. Brasília: Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2003

NIXON, Richard. **The real war**. NY:Warner Book, 1980.

NOBERTO, Bobbio; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gian Franco. **Dicionário de política**. Coordenador da tradução: João Ferreira.3. ed. Brasília: Universidade de Brasília;Linha Gráfica editora,1991.v.2.

NOBERTO, Bobbio. Thomas Hobbes. **Revista Humanidades**, Brasília, v.1,n2, p. 3-25, jan/mar.1983.

PROENÇA, Junior Domício; DINIZ, Eugenio; RAZA Salvador Ghelfi. **Guia de estudos de estratégia**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar. 1999.

PUGLIESI, Márcio; COSTA, Wagner V. **Filosofia Americana**: uma introdução. Tradução. Sílvia Sarzana. São Paulo: WVC, 2001.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos**: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG,1999.1ª reimpressão.

RIBEIRO, Renato Janine. Hobbes: o medo e a esperança. In: WEFFORT, Francisco C. **Os clássicos da política**. 9º.ed. São Paulo: Editora Ática, 1998,V.1.

RICE, Condoleezza. Consciência de vulnerabilidade inspirou doutrina. **Política Externa**, São Paulo: Editora Paz e Terra, vol. 11, n. 3, pp. 62-69, 2002/2003.

SADEK, Maria Teresa. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù. In: WEFFORT, Francisco C. **Os clássicos da política**. 9º.ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.V.1.

SANTOS, Edmilson Moutinho dos. Petróleo- Quadro estratégico-global no início do século XXI . **Política Externa**. São Paulo,v. 12 n.1. pp. 95-112, ,jun/jul/ago, 2003

SENISE, Maria Helena Valente; PAZZINATO, Alceu Luiz. **Historia Moderna e Contemporânea**. 4.ed. São Paulo: Atica, 1993.

SILVA. Carlos Eduardo Lins da. Doutrina Bush foi gerada há dez anos. **Política Externa**, São Paulo: Editora Paz e Terra, vol. 11, n. 3, pp. 50-53, 2002/2003.

SOARES, Guido Fernando Silva Soares. Legitimidade de uma guerra preventiva, em pleno 2003. **Política Externa**: EUA e a Ordem Mundial: uma nova doutrina. São Paulo, v.12, n.1, p. 5-38, jun/jul/ago, 2003.

SPROUL, R.C. **Discípulos Hoje**. Tradução Gilberto Cury São Paulo, Ed. Cultura Cristã, 1998.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social critica na era dos meios de comunicação de massa.Tradução:Grupo de Estudos sobre ideologia, comunicação e representação sociais da pós-graduação do instituto de psicologia PURCS.Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1995.

WEIL, Prosper. **O direito no pensamento judaico**. São Paulo: Perspectiva, 1985.

WIGHT, Martin. **A política do poder**. Tradução: Carlos Sergio Duarte. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

VIOTTI, Paul R; KAUPI, Mark V. **Internacional Relations Theory**: Realism, Pluralism, Globalism, and Beyond. 3. ed. Boston:Prentice Hall, 1998.

Internet:

ADP. **Reeleição de Bush deixa gays dos EUA pessimistas**. Disponível em:

<<http://noticias.terra.com.br/mundo/interna/0,,OI421957-EI1826,00.html>>Acesso 19/11/2004.

ALTH, Márcio. **A nova doutrina americana**. Folha de São Paulo, Washigton, 23/03/2003 Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u155.shtml>> Acesso 10/10/2004

ALTH, Márcio. **Bush coloca religião no centro da vida política**. Folha de São Paulo, Washigton, 23/03/2003 Dinsponivel em:<<http://www.cacp.org.br/politica.htm>> Acesso 18/11/2004

CARTA, Gianni. **Apertem os cintos**: Legitimado pelo voto, George W. Bush ganha aval para prosseguir em sua política messiânica. Disponível em: http://cartacapital.terra.com.br/site/index_frame.php Acesso: 10/11/2004

GARCIA, João Cláudio. **Para entender a guerra - A doutrina Bush**. Disponível em: <<http://www.unafisco-poa.org.br/noticia.asp?auto=353>>. Acesso 01/06/2003.

REUTERS LIMITED. **Bush e Kerry levam fé à pauta de último debate**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/interna/0,,OI402879-EI1826,00.html>> Acesso em: 14/10/2004

Referências Bibliográficas